



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**  
**PROFIAP – Mestrado Profissional em Administração Pública**

**LUCINEIDE FIGUEIREDO DE SOUSA**

**ANÁLISE DO MODELO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CCTA/UFCA À LUZ  
DA SUSTENTABILIDADE: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS**

SOUSA-PB

2019



**LUCINEIDE FIGUEIREDO DE SOUSA**

**ANÁLISE DO MODELO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CCTA/UFCEG À LUZ  
DA SUSTENTABILIDADE: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFAP para obtenção do título de mestre.

**Orientadora:** Profa. Dra. Jacyara Farias Souza Marques.

SOUSA-PB

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA SEÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS  
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS  
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

S725a Sousa, Lucineide Figueiredo de  
Análise do modelo de gestão administrativa do CCTA/UFCG à luz da sustentabilidade: diagnóstico e proposição de alternativas / Lucineide Figueiredo de Sousa - Sousa: [s.n], 2019.

68 f.: il, col.

Dissertação (Mestrado em Administração Pública - PROFIAP) –  
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2019.

Orientador (a): Prof. Dra. Jacyara Farias Souza Marques

1. Gestão Administração. 2. Sustentabilidade. 3 Ensino Superior I.  
Título

Biblioteca do CCJS - UFCG

CDU 35:502.131.1

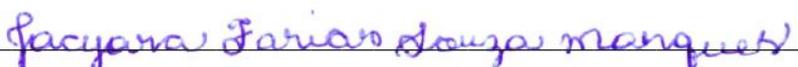
**LUCINEIDE FIGUEIREDO DE SOUSA**

**ANÁLISE DO MODELO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CCTA/UFCG À  
LUZ DA SUSTENTABILIDADE: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÃO DE  
ALTERNATIVAS**

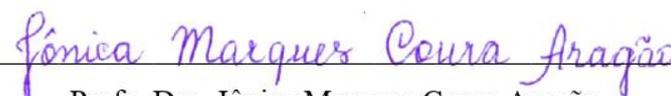
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 29/03/2019.

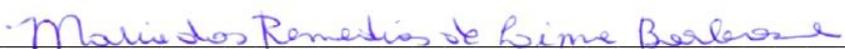
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Jacyara Farias Souza Marques  
Orientadora/UFCG/CCJS/PROFIAP



Profa. Dra. Jônica Marques Coura Aragão  
Membro Interno/UFCG/CCJS/PROFIAP



Profa. Dra. Maria dos Remédios de Lima Barbosa  
Membro Externo/UFCG/CCJS

Dedico este trabalho aos meus pais, por todo o sacrifício e privações que passaram para que os filhos pudessem estudar. Ao meu filho Artur que precisou ficar sem a minha companhia em alguns momentos para que este trabalho pudesse se concretizar. Que Deus os recompense por tudo

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pai misericordioso, pela vida, pela saúde, por me proporcionar a força e paciência necessária à execução deste trabalho e por estar sempre presente em espírito fazendo-me continuar nas muitas vezes que pensei em desistir.

Aos meus pais, Margarida e Francisco, pelo exemplo de caráter e retidão, pela força e confiança em mim depositada.

Ao meu filho Artur, pela motivação de vida, pela inspiração para ser um ser humano melhor. A verdadeira razão deste trabalho.

As minhas irmãs, pelo apoio incondicional de sempre.

A minha orientadora, Jacyara Farias, pela confiança e auxílio.

A amiga, companheira, irmã em cristo, Ana Paula Grangeiro, pela ajuda, força e encorajamento.

A amiga, Roberlúcia Araújo Candeia, que com sua generosidade e sabedoria me auxiliou em vários momentos.

A amiga, Jacqueline de Castro, pelo apoio, incentivo e colaboração.

Ao professor José Cleidimário, pelas dicas, incentivo, apoio e colaboração.

Aos colegas de trabalho que sempre me deram força e apoio nessa jornada.

Aos colegas de turma, que sempre procuraram auxiliar uns aos outros durante o curso do mestrado. Em especial, Débora Bruna e Ângela Veras, com as quais partilhei muitos momentos.

A todos os familiares, amigos e colegas que de forma direta ou indireta colaboraram para a concretização deste trabalho.

A todos, a minha gratidão.

## RESUMO

A presente dissertação tem como tema a análise do modelo de gestão administrativa do CCTA/UFCG à luz da sustentabilidade: diagnóstico e proposição de alternativas. A pesquisa aborda o importante papel das universidades com vistas à sustentabilidade ambiental. Nas últimas décadas a temática ambiental passou a ser tratada de forma ampla e os debates se expandiram para as diversas esferas da sociedade. Nesse sentido, a educação se manteve com um importante papel nas medidas e ações voltadas à conservação e preservação do meio ambiente frente ao desenvolvimento humano. Nesse cenário, é grande a responsabilidade das universidades no sentido de formar profissionais conscientes de seu papel em busca da sustentabilidade ambiental. Nessa perspectiva, essa pesquisa tem como objetivo analisar o modelo de gestão administrativa do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) à luz da sustentabilidade ambiental. Para responder aos objetivos definidos, o método de pesquisa adotado neste trabalho pode ser definido como estudo de caso, com enfoque nas técnicas de pesquisa documental, bibliográfica e observação. Quanto aos resultados, os dados coletados e analisados permitem concluir que o CCTA/UFCG não utiliza ferramenta formal, a exemplo da A<sub>3</sub>P e do PLS, como subsídio da gestão administrativa no que diz respeito ao planejamento de atividades relacionadas à sustentabilidade ambiental. Verificou-se um alto grau de comprometimento dos servidores do Câmpus com as questões relacionadas ao meio ambiente e ao uso e racionalização de materiais de consumo no ambiente de trabalho. Foram apresentados quadros com as sugestões que podem ser adotadas pela gestão para que se possa fortalecer as boas práticas já adotadas pelos servidores, adoção de novas medidas e contribuir com a redução do uso de materiais de consumo, especialmente visando à sustentabilidade ambiental no Câmpus.

**Palavras-chave:** Administração. Sustentabilidade Ambiental. Universidade.

## **ABSTRACT**

The present dissertation has as its theme the analysis of the administrative management model of the CCTA / UFCG in the light of sustainability: diagnosis and proposition of alternatives. The research addresses the important role of universities with a view to environmental sustainability. In the last decades the environmental theme has been treated in a broad way and the debates have expanded to the different spheres of society. In this sense, education has maintained an important role in measures and actions aimed at the conservation and preservation of the environment against human development. In this scenario, universities have a great responsibility to train professionals who are aware of their role in the search for environmental sustainability. In this perspective, this research aims to analyze the administrative management model of the Center for Agricultural Sciences and Technology (CCTA) of the Federal University of Campina Grande (UFCG) in the light of environmental sustainability. In order to respond to the defined objectives, the research method adopted in this work can be defined as a case study, focusing on the techniques of documentary, bibliographic and observation research. Regarding the results, the data collected and analyzed allow us to conclude that the CCTA / UFCG does not use a formal tool, such as A3P and PLS, as a subsidy of administrative management in relation to the planning of activities related to environmental sustainability. There was a high degree of commitment of the Campus servers to issues related to the environment and the use and rationalization of consumer materials in the work environment. We presented tables with the suggestions that can be adopted by the management to strengthen the good practices already adopted by the employees, to adopt new measures and to contribute to the reduction of the use of consumables, especially aiming at environmental sustainability in Campus.

**Keywords:** Administration. Environmental Sustainability. University.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Organograma funcional da Universidade Federal de Campina Grande .....	26
<b>Figura 2</b> - Câmpus CCTA/UFCG.....	27
<b>Figura 3</b> - Organograma funcional do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar.....	28
<b>Figura 4</b> - Eixos temáticos prioritários da A <sub>3</sub> P.....	33
<b>Figura 5</b> - Esquematização do PLS .....	36

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Estrutura acadêmica e administrativa da UFCG com suas respectivas definições.....	25
<b>Quadro 2</b> - Distribuição dos servidores por faixa etária, categoria e gênero .....	40
<b>Quadro 3</b> - Distribuição dos servidores por ambiente de atuação.....	41
<b>Quadro 4</b> - Medidas utilizadas pelos servidores para sustentabilidade ambiental / redução de Consumo .....	52
<b>Quadro 5</b> - Medidas sugeridas pelos servidores que resultam em ganho ambiental.....	53
<b>Quadro 6</b> - Sugestões sobre o tema sustentabilidade ambiental.....	54
<b>Quadro 7</b> - Sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais.....	55

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Escolaridade dos servidores .....	41
<b>Gráfico 2</b> - Conhecimento sobre a adoção de programa institucional sobre sustentabilidade ambiental .....	42
<b>Gráfico 3</b> - Conhecimento sobre a existência da A <sub>3</sub> P .....	43
<b>Gráfico 4</b> - Conhecimento sobre a existência do PLS na administração Pública .....	43
<b>Gráfico 5</b> - Recebe orientação institucional para reutilizar material .....	44
<b>Gráfico 6</b> - Grau de interesse pelos assuntos relacionados ao meio ambiente .....	46
<b>Gráfico 7</b> - Solução para os problemas ambientais depende .....	46
<b>Gráfico 8</b> - Economia de água .....	47
<b>Gráfico 9</b> - Economia de energia elétrica .....	47
<b>Gráfico 10</b> - Evita impressão de arquivos.....	48
<b>Gráfico 11</b> - Evita o uso de materiais descartáveis.....	49
<b>Gráfico 12</b> - Desliga as luzes e condicionadores de ar .....	49
<b>Gráfico 13</b> - Desliga o monitor do computador quando faz pausa para descanso.....	50
<b>Gráfico 14</b> - Imprime/faz cópia em frente e verso.....	51
<b>Gráfico 15</b> - Predisposição à substituição de copos descartáveis por canecas/garrafas permanentes.....	51

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CCJS</b>	Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
<b>CCTA</b>	Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar
<b>CEPE</b>	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
<b>CNS</b>	Conselho Nacional de Saúde
<b>CONSAD</b>	Conselho Administrativo
<b>CONSUNI</b>	Conselho Universitário
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CPS</b>	Contratações Públicas Sustentáveis
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MPOG</b>	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PLS</b>	Plano de Gestão de Logística Sustentável
<b>PPGHT</b>	Programa de Pós-Graduação em Horticultura Tropical
<b>PPGSA</b>	Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais
<b>PROFIAP</b>	Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional
<b>SODS</b>	Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores
<b>TAE</b>	Técnicos Administrativos em Educação
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento
<b>UACTA</b>	Unidade Acadêmica de Ciências e Tecnologia Ambiental
<b>UAGRA</b>	Unidade Acadêmica de Ciências Agrárias
<b>UATA</b>	Unidade Acadêmica de Tecnologia de Alimentos
<b>UFCG</b>	Universidade Federal de Campina Grande
<b>UFPB</b>	Universidade Federal da Paraíba
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 JUSTIFICATIVA .....	14
1.2 OBJETIVOS .....	16
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....	16
<i>1.2.1.1 Objetivos Específicos</i> .....	16
<b>1.2.2 Pressupostos</b> .....	16
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	17
2.1 DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	17
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: HISTÓRICO E CONCEITOS .....	18
2.3 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS UNIVERSIDADES .....	20
2.4 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DAS UNIVERSIDADES .....	23
2.5 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE .....	24
<b>2.5.1 Estrutura Administrativa do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar</b> .....	27
2.6 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE E O COMPROMISSO INSTITUCIONAL COM A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	29
2.7 A <sub>3</sub> P COMO FERRAMENTA DE GESTÃO.....	31
2.8 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL.....	34
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	37
3.1 POPULACAO E AMOSTRA .....	38
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS .....	38
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	40
4.1 PERFIL DOS SERVIDORES .....	40
4.2 PRÁTICAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEIS .....	41
4.3 VERIFICAÇÃO DE PLANEJAMENTO DAS ROTINAS OPERACIONAIS COM VISTAS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	44
4.4 COMPROMETIMENTO DOS SERVIDORES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	45
4.5 AÇÕES DE PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	52
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS</b> .....	62
<b>APÊNDICE B - TERMO DE ANUÊNCIA</b> .....	64

<b>APÊNDICE C - TERMO DE COMPROMISSO DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICE D - TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES .....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO- (TCLE).....</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente emergiu na década de 60, com maior enfoque a partir da década seguinte quando a temática começa a ganhar força e torna-se mais debatida e difundida. O grande marco ocorreu com a Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972 - Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano.

A partir desta conferência, a temática ambiental passou a ser tratada de forma mais ampla e os debates se expandiram para as diversas esferas da sociedade. Nesse sentido, a educação teve e continua a ter importante papel nas medidas e ações voltadas à conservação e preservação do meio ambiente frente ao desenvolvimento humano.

Segundo Silva (2008), a educação é o fator mais importante para influenciar a implantação do desenvolvimento sustentável, pois ajuda com princípios e mecanismos na conscientização da responsabilidade que todos devem ter com a preservação ambiental.

As universidades são entes da administração indireta, na modalidade de autarquias em regime especial. Conforme o art. 207 da Constituição Federal de 1988(CF/88) gozam de autonomia didático-científica, apresentam estrutura administrativa e financeira próprias, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As universidades são instituições pluridisciplinares, dotadas de autonomia, caracterizadas por produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional, tendo como principal missão a produção e disseminação do conhecimento (BRASIL, 1996).

Os grandes eventos mundiais sobre desenvolvimento sustentável destacam a importância das universidades no estudo e disseminação de práticas sustentáveis. Assim, o discurso e ações sobre responsabilidade ambiental passam, ou deveriam, a ser incorporados na temática universitária.

A gestão sustentável nas universidades garante um melhor equilíbrio entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais. Tal prática fortalece suas políticas públicas e garante credibilidade e reconhecimento social, contribuindo sobremaneira para o equilíbrio ambiental e servindo de exemplo para a comunidade local e regional (Engelman, Guisso e Fracasso 2009).

Nesse sentido, infere-se que o ensino superior ofertado pelo poder público tem uma responsabilidade maior na implantação de uma gestão sustentável, sendo as universidades instituições educacionais fomentadoras da formação do conhecimento, devem no seu mister

diário não só se firmar nas práticas teóricas e tradicionais do ensino, mas também na alocação de propostas na gestão de toda estrutura no seu dia-a-dia.

A missão do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA) está atrelada à da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que é a sua inserção no desenvolvimento regional socialmente comprometido, sem perder de vista o contato com o mundo contemporâneo, em seu contexto global, preservando fundamentos e princípios como a manutenção do espaço onde a ética, a coerência e a democracia são os balizamentos para cada atividade de ensino, pesquisa e extensão.

Conforme Engelman, Guisso e Fracasso (2009), a situação dos problemas ambientais e das suas implicações econômicas e sociais no comprometimento do futuro nas sociedades modernas levou a se considerar o desenvolvimento sustentável como opção para enfrentar os tradicionais problemas de desenvolvimento, no qual as universidades são, tanto parte do problema, como também o caminho para a solução.

É crescente a preocupação dos gestores universitários com a questão ambiental no âmbito acadêmico, o que se demonstra positivo para o crescimento das ações de sustentabilidade nesses ambientes, pois as mudanças ocorrem a partir da tomada de consciência, da reavaliação das práticas adotadas e da mudança positiva de atitudes.

Tendo em vista a necessidade de debate e adoção de práticas sustentáveis em todas as searas administrativas, e considerando-se que as universidades são ambientes férteis para o tema, a questão norteadora que esta pesquisa se propõe a analisar é: **As práticas de gestão adotadas no Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar contribuem para a sustentabilidade ambiental no Câmpus?**

Conforme preceitua o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), os trabalhos de mestrado devem trazer uma proposta que contemple intervenção na administração pública. Nessa perspectiva, essa pesquisa se propõe a produzir um diagnóstico da situação atual da gestão administrativa do CCTA à luz da sustentabilidade e indicar alternativas para adoção de um programa visando à sustentabilidade ambiental, que uma vez implantado se constitua em importante instrumento auxiliar da gestão.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

É de fundamental importância que as universidades atuem no sentido de primar pela sustentabilidade, mostrando coerência entre o que as teorias propõem e as práticas adotadas.

Nesse sentido, propõe-se com esta pesquisa um estudo de caso no CCTA com o intuito de analisar as práticas de gestão adotadas no Centro e sugerir ferramentas para auxiliar a gestão na adoção de um modelo sistêmico de sustentabilidade, envolvendo as rotinas administrativas e operacionais, bem como as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No decorrer da pesquisa será avaliada a adequação de dois instrumentos de gestão muito utilizados na Administração Pública: A Agenda Ambiental na Administração Pública (A<sub>3</sub>P), que é um programa do Ministério do Meio Ambiente que visa estimular os órgãos públicos do país a implantarem práticas de sustentabilidade e o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

O referido plano é uma determinação do Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012, que prevê em seu art. 16 que os entes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar seus PLS.

Ressalta-se a importância social de um trabalho que possa resultar em práticas que contribuam para o equilíbrio ambiental, para a disseminação de boas ideias sobre sustentabilidade e o fortalecimento da educação ambiental na esfera acadêmica.

O desenvolvimento dessa proposta almeja contribuir para o Câmpus com uma abordagem temática que contempla ações que possam colaborar para uma administração sustentável e eficiente, e ao mesmo tempo cumprir uma determinação legal referente à administração pública.

Algumas universidades já implantaram seus PLS, a exemplo da Universidade Federal Rural de Pernambuco, da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Federal de Santa Catarina, dentre outras. Todas destacam a importância desse plano no fortalecimento das práticas de sustentabilidade ambiental na gestão administrativa. Outras tantas instituições públicas fizeram adesão à A<sub>3</sub>P e mostram os resultados positivos com o uso do programa como ferramenta de gestão.

A execução dessa proposta atende aos objetivos do PROFIAP, pois se trata de uma pesquisa que pode levar o CCTA a adotar uma ferramenta de gestão no campo da sustentabilidade ambiental, constituindo-se assim numa intervenção positiva no ambiente de estudo.

O estudo mostra-se cientificamente relevante para a pesquisadora, graduada em geografia e sempre preocupada e atuante no tocante à temática ambiental, destaca a importância dessa proposta que se enquadra na sua linha de formação e trata de aspectos que contribuem para sustentabilidade ambiental, e ainda menciona-se os benefícios que o trabalho poderá proporcionar para seu o progresso pessoal, social e profissional. Ademais, coaduna

com a proposta do PROFIAP no sentido de primar por trabalhos que possam resultar numa intervenção positiva para a administração pública.

As universidades devem aproveitar o seu potencial para melhoria de sua própria realidade e da sociedade, carregando a responsabilidade de estimular a aplicação da teoria e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis em suas gestões.

## 1.2 OBJETIVOS

A abordagem temática apresentada nesse estudo desencadeia a necessidade do alcance de uma série de objetivos propostos neste trabalho. A saber:

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o modelo de Gestão Administrativa do CCTA/UFCG á luz da sustentabilidade ambiental.

#### 1.2.1.1 *Objetivos Específicos*

- Identificar se há práticas de gestão sustentáveis institucionalizadas no CCTA/UFCG;
- Verificar se há um planejamento das rotinas operacionais buscando a sustentabilidade ambiental no CCTA/UFCG;
- Pesquisar sobre o comprometimento dos servidores do Câmpus acerca do desenvolvimento sustentável no CCTA/UFCG;
- Propor ações de práticas administrativas no âmbito da sustentabilidade ambiental.

### 1.2.2 Pressupostos

Frente aos objetivos pretendidos, apresentam-se os pressupostos:

- a) O Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar não apresenta estratégias definidas visando à sustentabilidade ambiental no Câmpus;

- b) Há desperdício de recursos e subaproveitamento de material reutilizável nas atividades administrativas e acadêmicas desenvolvidas no Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar;
- c) Há um alto grau de comprometimento dos servidores nas questões relacionadas ao meio ambiente.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta pesquisa está estreitamente relacionada à preocupação mundial acerca dos assuntos relacionados às questões ambientais e ao papel das universidades no sentido de atuar na sustentabilidade ambiental. Desse modo, essa seção apresenta uma revisão teórica relacionando o desenvolvimento humano e sustentabilidade ambiental e o papel das universidades na conjuntura da sustentabilidade. Assim, aborda-se de forma breve a parte histórica e conceitual sobre desenvolvimento sustentável, estrutura administrativa das universidades, responsabilidade ambiental das universidades, estrutura administrativa da UFCG e do CCTA, bem como, aspectos conceituais sobre a A<sub>3</sub>P e o PLS.

### **2.1 DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Para sua adaptação ao ambiente natural, o homem sempre “criou” o seu meio ambiente próprio, assim é que se encontra vida humana nos áridos desertos, na floresta amazônica e até no frio continente antártico, conforme pontuado por Dias (2010). Desse modo, desde os primórdios da humanidade, a relação do homem com a natureza já mostra a capacidade humana de alteração do habitat natural.

Nos últimos anos, o avanço tecnológico alcançou proporções antes inimagináveis. A sociedade atual é marcada por um padrão de consumo desenfreado, incompatível com os recursos naturais do planeta Terra. O apelo midiático e os padrões ditados pelo capitalismo contribuem sobremaneira para o consumo insustentável que o mundo enfrenta. Durante muito tempo, o homem agiu como se a natureza existisse para satisfazer suas vontades, sem se preocupar com o esgotamento da fonte de recursos.

Felizmente, essa visão vem mudando nas últimas décadas e há indícios de uma tomada de consciência, ainda que incipiente, no que se refere à relação homem/natureza. Nessa perspectiva, os debates sobre sustentabilidade vêm ganhando força. Eventos mundiais desde a conferência de Estocolmo na Suécia em 1972, perpassando pela ECO 92 no Rio de Janeiro,

até os eventos mais recentes alertam a humanidade para um futuro sombrio caso não haja uma revisão das práticas adotadas e uma mudança nos padrões de consumo. Há que se respeitar os limites do ambiente natural para que se possa preservar o futuro da humanidade.

Os danos ambientais causados pela degradação do meio ambiente afeta todos os países e precisa ser visto como problema a ser resolvido em diversos aspectos, de várias formas, em todas as esferas sociais e com vários resultados para alcance. Além de ser uma consequência do progresso humano, é uma característica do desenvolvimento econômico predominante, a qual traz consigo a insustentabilidade em termos ecológicos, com desigualdade e injustiças sociais (RAMPAZZO, 2002).

Nesse cenário, a problemática ambiental passa a integrar a agenda dos grandes eventos mundiais. Não se propõe um retrocesso desenvolvimentista, ou abandono dos inventos modernos e das tecnologias, e sim um desenvolvimento que possa coexistir de forma harmônica com a natureza, ou seja, o desenvolvimento sustentável. Na definição consagrada da CMMAD (1991), fica claro que o principal objetivo do desenvolvimento sustentável é satisfazer às necessidades e aspirações humanas, trazendo em sua essência:

[...] é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

A CF/88 assegura no seu art. 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A sustentabilidade ambiental está relacionada com as diversas áreas do conhecimento, sejam sociais, econômicas, financeiras. Nessa perspectiva, sua abordagem também é interdisciplinar e deve ser contemplada em todas as esferas sociais, em todos os níveis escolares para que se possa conseguir os resultados almejados.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: HISTÓRICO E CONCEITOS

Os últimos três séculos foram marcados pelas revoluções industriais e tecnológicas que culminaram com o surgimento de novas técnicas produtivas que fizeram aumentar a produtividade, mas conseqüentemente levaram a uma série de mudanças que acarretaram uma

reflexão sobre a impossibilidade de subsistência nos padrões de consumo que o mundo apresenta (OLIVEIRA et al., 2012).

Diante desse cenário foram criadas correntes de pensamentos, estudos e pesquisas, que segundo Oliveira et al., (2012) tinham como objetivo gerar um modelo que permita aliar estas formas de desenvolvimento com a melhora da interação humana com o meio ambiente e com outros seres humanos.

Em 1972 ocorre a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano ficando conhecida como reunião de Estocolmo. Voltada para o meio ambiente a reunião de Estocolmo é considerada como um marco histórico político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, direcionando a atenção das nações para as questões ambientais (PASSOS; CALMON, 2009).

As Nações Unidas realizaram mais duas reuniões, a Conferência do Rio de Janeiro em 1992 e Cúpula de Joanesburgo ambos tendo como assunto a questão ambiental e dando sequência ao que foi apresentado na Conferência de Estocolmo.

Na conferência do Rio de Janeiro introduziu, igualmente, novos enfoques e cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável, objetivo que exige equilíbrio entre “três pilares”: as dimensões econômica, social e ambiental. A Cúpula de Joanesburgo (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, 2002) foi convocada, por sua vez, com vistas a estabelecer um plano de implementação que acelerasse e fortalecesse a aplicação dos princípios aprovados no Rio de Janeiro (LAGO, 2006).

A partir dessa postura de cuidados com o meio ambiente, inicia-se o uso da expressão desenvolvimento sustentável que de acordo com Correia e Dias (2016) o desenvolvimento sustentável surgiu na década de 1980, no Relatório Brundtland, também intitulado *Nosso Futuro Comum* ou *Our Common Future* que traz pela primeira vez o termo de desenvolvimento sustentável.

Com base em Mikhailova (2004) existem hoje várias visões de sustentabilidade, no qual diversas interpretações desse conceito foram elaboradas de acordo com a área e os objetivos dos estudos desenvolvidos, o que levou à ampliação excessiva de seu significado. Fator esse também verificado por Correia e Dias (2016) que relatam a dificuldade de definição para sustentabilidade.

Segundo Nascimento (2012) o termo sustentabilidade tem duas origens:

A primeira, na biologia, por meio da ecologia que refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de

agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunami, fogo etc.) e a segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar.

Correia e Dias (2016) relatam que o desenvolvimento sustentado surgiu como novo conceito, pautado em uma concepção que busca compatibilizar o desenvolvimento com a economia, envolvendo variáveis de ordem econômica, ambiental e social, indicando um caminho a ser seguido pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Sendo a sustentabilidade ambiental um dos assuntos mais relevantes da atualidade e abordados na sociedade, examinando sua trajetória ambiental e econômica, uso, sua evolução, e ações do poder público que desenvolve políticas que visam à sustentabilidade de forma que não acarrete perda econômica (ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017).

Com base no exposto, é difícil adotar uma definição única de desenvolvimento sustentável, são definições complementares cujo objetivo maior é a proteção do meio ambiente e a sã qualidade de vida, independente da vertente adotada.

### 2.3 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS UNIVERSIDADES

As universidades federais são entidades integrantes da administração federal indireta, criadas por lei específica para efetuar as atividades a cargo da Administração Pública, regida pelo direito público, classificadas como autarquias e vinculadas ao Ministério da Educação. Vinculação esta ratificada pelo Decreto n. 8.872 de 10 de outubro de 2016.

A CF/88 traz em seu bojo todo delineamento da educação superior no país, como também define a estrutura financeira e administrativa das universidades. Assim dispõe os artigos.24, inciso IX,art. 205 e art. 207 *in verbis*.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao

princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1988).

As universidades públicas federais brasileiras são mantidas pela União, cabendo a esta manter anualmente em seu orçamento recursos suficientes que possam garantir o bom funcionamento das instituições por ela mantidas.

Outro importante instrumento legal que estabelece diretrizes sobre o funcionamento das universidades é a Lei n. 9394 de 20 de novembro de 1996 – Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O art. 53 da referida lei em seus incisos III, VII e VIII estabelece que, em consonância com as normas gerais atinentes e com a legislação, as universidades federais têm autonomia para executar, além de outras, as seguintes atribuições:

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

[...] *omissis*

[...] III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica e atividades de extensão;

[...] *omissis*

[...] VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX – administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos. (BRASIL, 1996).

Por terem autonomia em seu processo de gestão as universidades apresentam flexibilidade para adoção de práticas administrativas. Pela sua função social, pela responsabilidade em formar profissionais das mais diversas áreas comprometidos com o futuro da humanidade, é indispensável que estas instituições de ensino adotem princípios e práticas de sustentabilidade ambiental como ferramentas de gestão.

Ainda conforme a LDB, art. 54, as universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às particularidades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, as universidades públicas dispõem de liberdade para elaborar seus planos governamentais, definir a prioridade dos investimentos, propor seu quadro de pessoal, definir sua estrutura de trabalho, sempre respeitando a legislação pertinente e de acordo com os recursos destinados pelo poder mantenedor.

A LDB destaca ainda que as universidades são instituições pluridisciplinares, que dentre outros aspectos se caracterizam por uma produção intelectual institucionalizada

mediante a abordagem dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional (BRASIL, 1996).

Assim, a abordagem sobre a sustentabilidade ambiental, uma questão de relevância mundial, uma necessidade global deve ser contemplada de forma institucional pelas universidades, que devem apresentar uma conduta de comprometimento com esta temática tão discutida pela sociedade e que tanto necessita de ações que resultem em ganhos positivos para o ambiente e para a qualidade de vida no planeta terra.

## 2.4 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DAS UNIVERSIDADES

As discussões sobre a educação ambiental atingem todas as esferas, públicas e privadas. Grande é a responsabilidade das universidades no sentido de formar profissionais conscientes de seu papel em busca da sustentabilidade. Andrade et al. (2016) ressaltam que as práticas de responsabilidade ambiental e social nas universidades têm se tornado uma preocupação comum em diversos países e entre instituições públicas e privadas.

A Administração Pública caracteriza-se como potencial consumidora de produtos e serviços, assim surge à necessidade de guias, planos de ação e metas visando à implantação de mecanismos de gestão ambiental nos órgãos públicos. Nessa perspectiva, a gestão tem papel preponderante e deve formular/adotar políticas públicas como instrumento propulsor do desenvolvimento econômico, social e ecológico.

As universidades consomem grande quantidade de recursos, geram resíduos e, portanto, também causam impactos ambientais, mas possuem uma condição singular de atuar na formação profissional e no estímulo da aplicação prática de atitudes sustentáveis em favor do meio ambiente.

Essa situação aumenta a responsabilidade dos gestores universitários em desenvolver uma gestão sustentável, a servir de exemplo para a comunidade local e regional. Nesse sentido, as universidades precisam adotar uma postura ativa no sentido de se conhecer a realidade local, enfrentar os desafios internos em busca da proteção ambiental, ou seja, pensar de forma ampla e agir de forma local no que lhe compete. A educação é sem dúvida a mola mestra para as transformações necessárias.

Segundo Silva (2008):

A educação tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e da capacidade do povo em abordar questões ambientais e de desenvolvimento, devendo incorporar esses aspectos como parte essencial do aprendizado. Tanto o ensino formal quanto o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-los.

Pela sua condição de financiamento público, as universidades assim classificadas têm uma responsabilidade superior de primar pela sustentabilidade, e sem dúvida se constituem como importante ferramenta de disseminação de práticas ambientais adequadas. O Brasil dispõe de um aparato legal consistente no que se refere às questões ambientais, mas por outro

lado o sistema de políticas públicas efetivas e sua aplicação prática na área ambiental ainda se mostram tímidos diante da magnitude dos problemas ecológicos.

Cole (2003) enfatiza que uma universidade sustentável é aquela que age de acordo com suas responsabilidades locais e globais para proteger o ambiente, melhorar a saúde e o bem-estar dos seres humanos e ecossistemas, contribuindo assim para uma melhor qualidade de vida. Para tanto, as universidades devem se envolver ativamente no conhecimento da comunidade universitária buscando entender suas demandas e inserindo-se de forma atuante para resolver os desafios sociais enfrentados na atualidade e no futuro.

Assim, é indispensável que as universidades comecem a incorporar os princípios e práticas da sustentabilidade ambiental em seus sistemas de gestão, sejam para iniciar um processo de conscientização em todos os seus níveis, atingindo servidores – docentes, técnicos-administrativos em educação (TAE) – e discentes, seja para tomar decisões fundamentais sobre planejamento, treinamento, operações ou atividades comuns em suas áreas de atuação.

## 2.5 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

A Universidade Federal de Campina Grande foi criada a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através da Lei n. 10.419, de 09 de abril de 2002. É uma instituição autárquica pública federal de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Campina Grande e âmbito de atuação no estado da Paraíba. A instituição goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

A organização e o funcionamento da UFCG estão embasados pela legislação federal atinente, pelo seu estatuto, pelo regimento geral e por normas complementares. A UFCG tem estrutura multicampi, distribuída no estado da Paraíba em sete municípios: Campina Grande - sede, Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras.

Conforme definido em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigência 2015–2019, a UFCG tem por missão a sua inserção no desenvolvimento regional socialmente comprometido, sem perder de vista o contato com o mundo contemporâneo, em seu contexto global, preservando fundamentos e princípios como a manutenção do espaço onde a ética, a

coerência e a democracia são os balizamentos para as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Conforme definido em seu estatuto, art. 12, a estrutura acadêmica e administrativa da UFCG (**Quadro 1**), compõe-se de:

- I – Conselho Social Consultivo;
- II – Órgãos da Administração Superior;
- III – Centro;
- IV – Unidade Acadêmica.

**Quadro 1 - Estrutura acadêmica e administrativa da UFCG com suas respectivas definições**

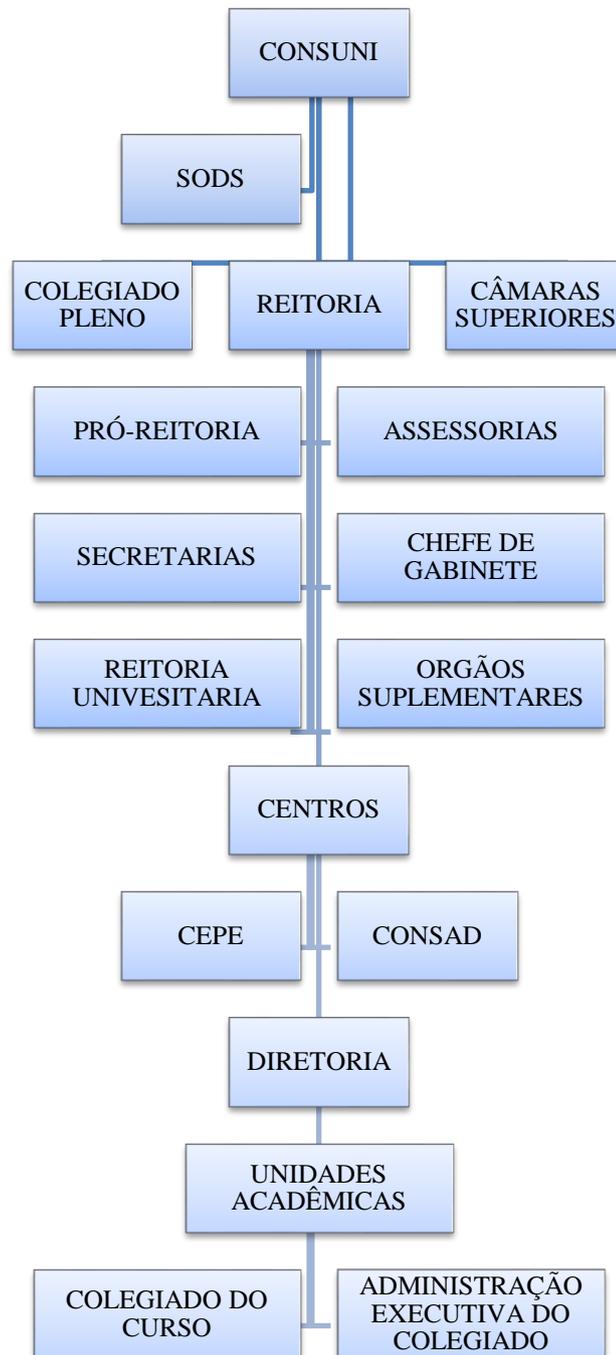
<b>ÓRGÃO</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
Conselho Social Consultivo	Órgão consultivo da UFCG constitui-se em espaço privilegiado de interlocução com vários setores da sociedade, tem a função precípua de contribuir para a definição das políticas da Instituição.
Órgãos da Administração Superior	Os Órgãos Deliberativos Superiores, instâncias normativas e deliberativas máximas da UFCG, têm jurisdição sobre toda a Universidade, serão assistidos por uma Secretaria, com estrutura e atribuições definidas no seu Regimento Interno.
Centro	O Centro, instância deliberativa e normativa no seu âmbito, efetua a articulação acadêmico-administrativa entre as Unidades Acadêmicas, para execução de atividades afins de Ensino, Pesquisa e Extensão
Unidade Acadêmica	Órgão de base da UFCG, com funções deliberativas no seu âmbito, e que executa de forma indissociável as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**Fonte:** UFCG (2004).

A estrutura acadêmica da UFCG é definida conforme as normas gerais atinentes às instituições públicas, em particular as autarquias, e se configura de modo que as decisões são tomadas em caráter participativo e colaborativo, sendo seus conselhos formados por representantes das classes docente, discente e TAE.

Para uma melhor clareza da estrutura funcional da UFCG, apresenta-se um organograma funcional da instituição.

**Figura 1- Organograma funcional da Universidade Federal de Campina Grande**



**Fonte:** UFCG (2016).

O organograma apresentado permite uma visualização da essência da organização funcional/administrativa da instituição. No documento base da figura acima constam as atribuições especificadas de cada órgão mencionado no organograma.

### 2.5.1 Estrutura Administrativa do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar

O Câmpus que abriga esse estudo é o CCTA, localizado no município de Pombal-PB, no sertão da Paraíba, distante 387 quilômetros da capital do estado. Criado com a Resolução n. 02/2006, da Câmara Superior de Ensino, faz parte da estrutura *multicampi* da UFCG.

**Figura 2 - Câmpus CCTA/UFCG**

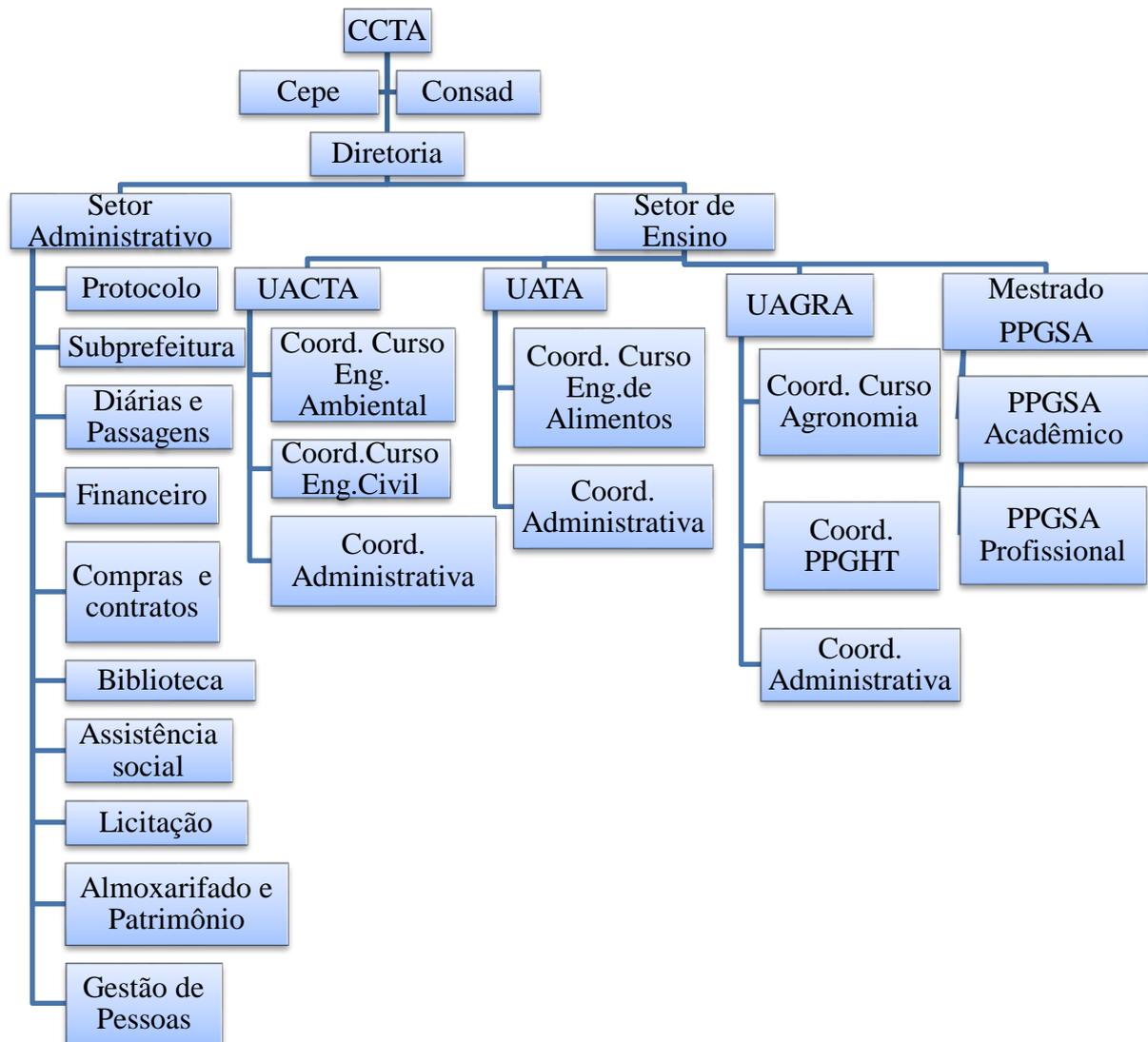


**Fonte:** Ronaldo filmagens (2018).

O CCTA encontra-se consolidado no cenário da instituição. Neste Centro funcionam os cursos de graduação em Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e Agronomia. Em nível de pós-graduação, dispõe dos cursos de mestrado em Sistemas Agroindustriais e Horticultura Tropical.

De acordo com informações fornecidas pela representação dos recursos humanos do CCTA e subprefeitura universitária (dados de abril de 2018), há um total de 126 servidores, sendo 82 (oitenta e dois) docentes, 44 (quarenta e quatro) TAE, acrescido de 66 (sessenta e seis) funcionários terceirizados. Já em relação à parte acadêmica, segundo dados das secretarias dos cursos de graduação e pós-graduação, no mesmo período, o Câmpus possui 1022 (um mil e vinte e dois) discentes ativos distribuídos nos quatro cursos de graduação e 228 (duzentos e vinte e oito) discentes nos cursos de pós-graduação.

**Figura 3 - Organograma funcional do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar**



**Fonte:**Elaborado pelo Autor, 2018.

O organograma apresentado permite uma visualização da estrutura organizacional do câmpus CCTA para execução de suas atividades e cumprimento da sua função precípua que é a formação de profissionais de nível superior. A instalação deste centro na cidade de Pombal vem contribuindo sobremaneira para a geração de emprego e renda e o fortalecimento da economia local como um todo.

## 2.6 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE E O COMPROMISSO INSTITUCIONAL COM A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Para execução de suas atividades as instituições de ensino superior precisam definir suas metas e estabelecer as estratégias para execução dos objetivos almejados. O documento que formaliza esse processo é o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional). Desse modo, desenvolve-se este tópico com base na análise do PDI da UFCG, a partir da abordagem que este apresenta sobre a dimensão ambiental procurando relacioná-lo com as aplicações práticas adotadas ou não no campo de estudo deste trabalho.

Conforme definição constante no sítio do Ministério da Educação,

[...] O **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI** – consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as **estratégias** para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento (BRASIL, [ca 2006], grifo do autor)

O PDI da UFCG encontra-se em vigor para o período 2015-2019, estando disponível na página eletrônica da instituição. O documento apresenta o processo de planejamento para atender as suas finalidades, contendo a definição de planos, ações e estratégias a serem adotadas pela UFCG, incluindo os requisitos obrigatórios determinados pela legislação pertinente.

Tendo em vista a área de interesse deste trabalho, destaca-se no PDI da UFCG 2014-2019 os planos mencionados em suas seções 3.9.3 e 3.10.2, a saber:

a) 3.9.3 Plano sustentabilidade: promover práticas sustentáveis na gestão e nas aquisições de bens e contratações de serviços da UFCG, com as ações para:

- Substituir aquisição de alguns bens por contratos de serviços (Ex.: locação de máquinas copadoras, locação de veículos, filtros para água, substituição do uso de copos descartáveis por canecas e copos de material durável e ou reciclável), em 2014-2016.
- Realizar compras compartilhadas com as Unidades Gestoras e com outras IFES, em 2015/2016.
- Criar um inventário que permita planejar as aquisições substituindo ao máximo os itens convencionais por itens sustentáveis, em 2015/2016.

- Implantar um sistema de racionalização do uso de recursos públicos, no âmbito da Pró-Reitoria, para identificar e reduzir o impacto ambiental das atividades administrativas, em 2015/2016.
- Evoluir, de forma gradativa, o sistema de acompanhamento de pedidos atual (impresso) para um sistema 100% online, com eliminação do uso de processo físico, em 2015/2016.
- Excluir os formulários impressos e disponibilizá-los na página da PRA, em 2014 (UFCG, 2014).

b) 3.10.2 Plano UFCG sustentável, com dois tipos de ações:

- Conscientização Ambiental na UFCG - Campanhas periódicas sobre a conscientização ambiental na UFCG, em cada câmpus, de maneira cíclica, abordando temas previamente escolhidos, com palestras, distribuição de material e ações sociais.
- Infraestrutura para a Sustentabilidade -Planejamento de adaptações e reformas da infraestrutura para um manejo sustentável do ambiente, com particular ênfase no descarte de resíduos sólidos e no uso da água (UFCG, 2014).

O primeiro plano citado, intitulado de plano sustentabilidade, aborda aspectos fundamentais, com ele a instituição se compromete, por exemplo, a adotar o processo de aquisição de bens e contratações de serviços de forma sustentável. Destaca-se também uma ação simples citada no plano que pode trazer impactos positivos para a economia do Câmpus e para o ambiente, trata-se, por exemplo, da substituição do uso de copos descartáveis por canecas e/ou copos não descartáveis pelos servidores da instituição.

Conforme Alencastro, Silva e Lopes (2014), esse é o ambiente propício para inserção das Contratações Públicas Sustentáveis (CPS) ou licitações sustentáveis, como são conhecidas no Brasil. As CPS funcionam como um relevante instrumento de gestão ambiental nos órgãos governamentais, haja vista objetivarem inserir critérios de sustentabilidade nos procedimentos destinados a adquirir bens e contratar serviços, além de estimular os governos a adotarem posturas que usualmente são exigidos de particulares e de pessoas jurídicas de direito privado, melhorando a imagem da autoridade pública. As CPS ainda estimulam as empresas à adoção de práticas sustentáveis em seus processos produtivos, para terem condições de participação nesse segmento de mercado.

Para a execução desse plano e consecução das metas estabelecidas várias ações estratégicas são definidas como forma de nortear as atitudes a serem tomadas no processo de gestão de todos os câmpus da instituição.

O segundo plano destacado anda em consonância com o primeiro, o UFCG sustentável traz duas ações definidas para consecução da meta proposta. Em uma dessas ações destaca a adoção de campanhas de conscientização ambiental envolvendo toda a comunidade

acadêmica. Sem dúvidas a capacitação e o engajamento comprometido de pessoal com as questões ambientais é o melhor caminho para se conseguir respeito, preservação do ambiente e economia de recursos.

A análise do PDI da UFCG permite constatar que a sustentabilidade ambiental encontra-se contemplada em seu bojo e com parâmetros bem definidos para atingir a finalidade proposta.

Além dos cursos de graduação e pós-graduação que versam sobre meio ambiente, observa-se ainda que área do meio ambiente compõe um dos eixos temáticos dos projetos de extensão da instituição. Desse modo, a sustentabilidade ambiental é uma temática contemplada de forma ampla dentro da instituição.

Contudo, essa abordagem não significa necessariamente que essas diretrizes estão sendo postas em práticas, mas com certeza abre caminhos para novos horizontes. Ao longo do desenvolvimento desse trabalho procura-se relacionar a abordagem verificada e as aplicações práticas das propostas, no caso especificamente no Câmpus de estudo, que é o CCTA/UFCG.

## 2.7 A<sub>3</sub>P COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

A A<sub>3</sub>P é um programa do Ministério do Meio Ambiente que visa estimular os órgãos públicos do país a implantarem práticas de sustentabilidade. Os órgãos que aderem a Agenda demonstram preocupação em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. Seguindo as diretrizes estabelecidas pela Agenda, o órgão público protege a natureza e, em consequência, consegue reduzir seus gastos (BRASIL, sd).

O programa A<sub>3</sub>P não impõe um caráter obrigatório à sua adesão, sendo que os órgãos que o adotam demonstram sua preocupação em usar estratégias institucionais de gestão que contribuem para a sustentabilidade ambiental e traduz o compromisso institucional com a sustentabilidade.

A agenda se constitui num importante instrumento de combate ao desperdício de consumo de bens públicos e incentivo ao uso racional dos recursos naturais nas instituições que usam a A<sub>3</sub>P como ferramenta de gestão. A aderência ao programa não apresenta um impacto no orçamento da instituição que o adota, na maior parte dos casos envolve um processo de mudança, um olhar à luz da sustentabilidade, um engajamento do quadro funcional que compõe a instituição, um reordenamento de hábitos e atitudes que produzem um impacto positivo na organização.

O Ministério do Meio Ambiente disponibiliza em sua página eletrônica todo o trâmite necessário para que os órgãos e instituições públicas efetuem adesão a A<sub>3</sub>P, oferecendo todo apoio necessário, mostrando desde o processo de como aderir, como implantar, quais os eixos temáticos a serem abordados, disponibilizando material bibliográfico até a capacitação de pessoal, ou seja, oferece todo o suporte necessário para que a gestão pública ocorra em consonância com princípios de sustentabilidade ambiental, que é uma necessidade iminente, dada a conjuntura ambiental que o mundo apresenta.

Um dos principais objetivos que a A<sub>3</sub>P apresenta é estimular à ética e promover a autoestima dos servidores públicos, visando à mudança de atitudes, para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras (BRASIL, sd).

A mudança de atitudes de forma positiva dos servidores que compõem uma instituição constitui-se na mais importante ferramenta que contribui para o sucesso de programas de sustentabilidade ambiental, pois o melhor plano estratégico falha se não houver um corpo humano comprometido com a temática que está sendo trabalhada. Nesse sentido, trabalhar a sensibilização e capacitação dos servidores é um aspecto chave nesse processo.

A situação ambiental vivenciada na atualidade, os problemas ambientais vindos à tona leva os gestores das instituições públicas a refletirem sobre a gestão sustentável na administração pública. Assim, a adoção da Agenda Ambiental se consagra como importante modelo a ser adotado.

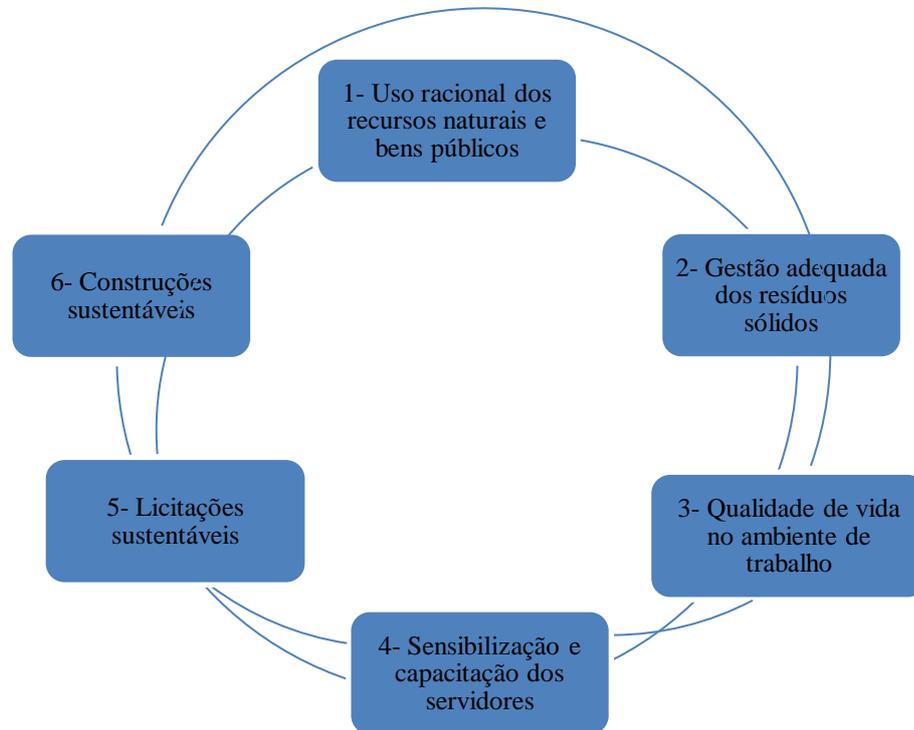
Conforme Hüller (2010), a A<sub>3</sub>P é direcionada à administração Pública, porque esta é uma grande consumidora e usuária de recursos naturais, levando-se em conta a grande demanda diária de serviços e atendimentos à comunidade. Dessa forma, este ente, tem um papel estratégico e fundamental na adoção, promoção e indicação de novos padrões de produção e de consumo, devendo ser exemplo na redução de impactos socioambientais negativos gerados pelas suas atividades.

A proposta de uso de uma Agenda Ambiental para a Administração Pública mostra-se vantajosa para aquelas instituições que a adotam, pois a forma como fora idealizada, além de fornecer todos os subsídios para implantação permite definir as estratégias de ação com base no diagnóstico local e estabelecimento de metas de acordo com as particularidades da instituição e sua capacidade de execução e cumprimento de tais metas.

A A<sub>3</sub>P tem como princípios a inserção dos critérios ambientais, que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo; até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados tendo como foco a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. A A<sub>3</sub>P foi estruturada a partir de seis eixos

temáticos prioritários e as ações decorrentes de cada um foram definidas tendo por base a política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos (Cartilha como implantar a A<sub>3</sub>P).

**Figura 4- Eixos temáticos prioritários da A<sub>3</sub>P**



**Fonte:** BRASIL (2016).

Para cada um dos eixos temáticos definidos na Agenda há uma indicação do que se busca atingir. O principal desafio do programa é promover a responsabilidade socioambiental como política pública. Isso só será possível com adesão comprometida dos gestores públicos com essa nobre causa.

As universidades apresentam uma estrutura administrativa complexa, envolve uma grande quantidade de sujeitos que compõem a comunidade acadêmica, tanto em termos de servidores que compõem o quadro funcional da instituição, bem como de discentes e demais usuários que, de forma rotativa, fazem parte da comunidade. Nesse sentido, a adoção ao programa A<sub>3</sub>P é uma opção viável para o fortalecimento de práticas que visam à sustentabilidade Ambiental.

Segundo Ávila, Madruga e Beuron (2016), a atuação e as práticas das instituições federais de ensino superior no contexto da sustentabilidade apresentam variação por diversos fatores, como localização geográfica, condições do ambiente local, capacidade de

aproveitamento de oportunidades, cooperação interinstitucional, formação de parcerias, dentre outros aspectos. Porém, elas são agentes fundamentais para a promoção da sustentabilidade na sociedade, uma vez que atuam como tradutoras do conhecimento técnico e científico formam profissionais das mais diversas áreas do conhecimento para a compreensão de todos os envolvidos nas questões socioambientais.

Apesar da A<sub>3</sub>P não possuir o caráter de adesão obrigatória, ela pode, e recomenda-se ser adotada pelas instituições públicas, principalmente as que atuam no ensino, como as universidades. Trata-se de um programa que requer esforço individual e coletivo para que seja obtido êxito nas ações propostas. Mas sem dúvida se constitui numa importante ferramenta de gestão em busca de uma administração pública sustentável.

## 2.8 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

A Instrução Normativa (IN) n. 10, de 12 de novembro de 2012, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) é a base para implantação do PLS, esta estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art.16, do Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012.

A elaboração do PLS possui um caráter obrigatório para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes conforme determina o Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012. Já a IN n. 10, de 12 de novembro de 2012, do MPOG estabelece regras para elaboração dos PLS e dá outras providências. O art. 12 desta IN determina: “Os PLS deverão ser elaborados e publicados no site dos respectivos órgãos ou entidades no prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da publicação desta Instrução Normativa.”

A referida IN foi publicada no Diário Oficial da União no dia 14 de novembro de 2012. Portanto em maio de 2013 já vencera o prazo estipulado para instituições públicas elaborarem os seus planos de gestão. Decorridos cinco anos deste prazo muitas instituições ainda não atenderam a esta determinação e inclusive o PLS é pouco conhecido.

A implantação do PLS permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos e processos na Administração Pública. Ainda conforme o art. 16 do referido decreto, todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e as empresas estatais dependentes devem elaborar e implementar seus PLS.

A IN n. 10 de 12 de novembro de 2012 apresenta alguns conceitos fundamentais a serem considerados na elaboração do PLS e nas práticas das instituições públicas federais. Dentre tais conceitos, destaca-se: “**logística sustentável**: processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado”. (BRASIL, 2012, grifo nosso).

Ainda em seu texto, a IN n. 10 define em seu art. 3º que os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

A Seção II desta mesma IN faz menção ao conteúdo mínimo que os PLS deverão conter:

Art. 5º Os PLS deverão conter, no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano;
- e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação. (BRASIL, 2012).

Conforme analisa Teixeira e Azevedo (2013), A citada IN do MPOG, apresenta-se como um instrumento crucial de mudança institucional cuja internalização pelos órgãos públicos vai depender de múltiplos fatores para que não se torne apenas mais um componente na agenda ambiental da Administração Pública e deixe de cumprir a sua função, tendo em vista que a mudança de paradigma exige rupturas com velhas posturas e requer atitudes corajosas e compatíveis com o padrão de sustentabilidade que as instituições públicas devem apresentar.

É nessa perspectiva que as universidades precisam estruturar seus planos de gestão, sob uma ótica integrada, definindo estratégias que envolvam os atores que a compõem, de forma que cada um se torne consciente e responsável pela parte que lhe compete na busca pela sustentabilidade ambiental.

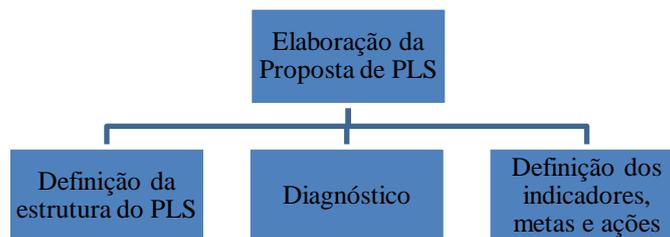
Nos pressupostos de Engelman, Guisso e Fracasso (2009), em várias partes do mundo, principalmente nos países desenvolvidos, as instituições de ensino superior reconhecem a responsabilidade que têm em disseminar, de diversos modos e a diversas escalas, a consciência ambiental, por meio de exemplos de práticas ambientalmente saudáveis na gestão

dos câmpus, ou a um nível mais profundo, incluindo temas ambientais nos currículos acadêmicos.

Nessa conjuntura e na sua condição de autarquia federal, a UFCG está atrelada pela IN n. 10/2012, do MPOG, a elaborar, acompanhar e avaliar o seu PLS, que se constituirá em um importante instrumento de referência para a execução de suas atividades.

Os benefícios que o PLS pode gerar para a instituição são muitos, entre eles, menciona-se os aspectos econômicos, a partir da otimização dos recursos e redução do consumo de água, energia e material de expediente, por exemplo; os ganhos por adequação à legislação ambiental e a questão positiva para avaliação da instituição junto ao órgão certificador, ainda garante credibilidade perante a comunidade universitária e a sociedade.

**Figura 5 - Esquemática do PLS**



**Fonte:** Elaborado pelo Autor, 2018.

O próximo capítulo refere-se aos os procedimentos metodológicos utilizados na execução da pesquisa, incluindo população e amostra, técnica de coleta e análise de dados para posterior discussão dos resultados, levando em consideração os objetivos e pressupostos formulados.

### 3 METODOLOGIA

No que se refere ao método de pesquisa adotado neste trabalho, este pode ser definido como estudo de caso com enfoque na pesquisa documental e exploratória. Conforme Yin (2001), “estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Quanto aos procedimentos metodológicos que foram adotados nesse trabalho, aderiu-se inicialmente à pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico, aprofundamento dos estudos na área abordada, uso de conceitos fundamentais da temática proposta, análise de documentos diretos e indiretos e assim construiu-se um robusto referencial teórico para embasamento da pesquisa.

A abordagem metodológica referente às técnicas de pesquisa abrangem o caráter, documental, bibliográfica e observação, pois se tratou de um estudo que envolveu dados e fatos verificados e colhidos da própria realidade para análise e tratamento.

Tratou-se ainda de uma pesquisa de caráter interdisciplinar ao abordar uma temática que perpassa por diversas áreas, como a Gestão, o Direito Ambiental, a Economia, a Sociologia e precisou ser trabalhada de forma articulada para consecução dos objetivos propostos.

O roteiro para a execução do trabalho seguiu: observação, coleta de dados, estudo das rotinas administrativas da área de estudo, aplicação de questionários semiestruturados, seguida por análise e tratamento dos dados obtidos.

Respeitando os aspectos éticos e conforme preconiza a Resolução n. 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sobre as normas regulamentadoras de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais envolvendo seres humanos e considerando a complexidade que envolve a temática abordada neste projeto, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, através da plataforma Brasil para aprovação antes da aplicação de questionários.

Considerando a adequação dos documentos obrigatórios apresentados pelos pesquisadores e conformidade do questionário proposto, o comitê de ética em pesquisa do Centro de Formação de Professores apresentou, em 15 de outubro de 2018, parecer favorável (aprovado) ao desenvolvimento da pesquisa intitulada **Análise do Modelo de Gestão Administrativa do CCTA/UFCG À Luz Da Sustentabilidade: Diagnóstico e Proposição de Alternativas.**

### 3.1 POPULACAO E AMOSTRA

O universo ou população da pesquisa foi constituído pelos servidores do CCTA/UFMG, que totalizam 126 membros. Diante do total, delimitou-se a amostra incluindo todos os servidores, docentes ou técnicos administrativos que exerciam atividade administrativa direta ou indireta no momento da coleta dos dados. Desse modo, a amostra foi composta por 44 (100%) dos técnicos administrativos que integram o câmpus, e 16 (100%) docentes que desenvolvem alguma atividade relacionada diretamente ao âmbito administrativo no CCTA, totalizando 60 servidores como sujeitos da pesquisa.

O tipo de amostragem utilizado pode ser classificado como amostragem não probabilística, que é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do pesquisador ou do entrevistador no campo. (MATTAR, 1996).

Diante dos objetivos propostos, a amostra definida na pesquisa atendeu a necessidade e se mostrou suficiente para análise e tratamento dos dados, pois houve resposta de 90% dos sujeitos que compunham a amostra.

### 3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para atingir os objetivos desta pesquisa, foram utilizadas as seguintes técnicas:

a) Observação do Pesquisador:

Segundo Lakatos e Marconi (2007), esta técnica requer a participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo, visando adquirir a confiança do grupo em estudo, e fazê-los compreender a importância da investigação.

Nesse contexto, o pesquisador (inserido no ambiente de estudo) fez observações criteriosas na área do estudo, registrando informações e situações quanto aos problemas ambientais existentes e as rotinas operacionais vivenciadas e detectadas no ambiente de estudo.

b) Aplicação de Questionários:

Consiste de um instrumento investigativo que contém uma série ordenada de perguntas, as quais devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Este

objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas das pessoas do local de estudo (LAKATOS; MARCONI, 2007).

O questionário aplicado (**Apêndice A**) apresenta perguntas fechadas e abertas, contemplando questões referentes aos hábitos diários dos servidores no ambiente de trabalho e sua relação com a sustentabilidade ambiental e visa ainda identificar o grau de conhecimento/comprometimento dos sujeitos da pesquisa com relação à temática ambiental.

As perguntas constantes no questionário aplicado foram definidas com base nos objetivos propostos e na leitura de trabalhos que versam sobre a temática abordada na pesquisa. Para o tratamento dos dados e geração de gráficos que constam neste trabalho foi usado, de forma auxiliar, o programa Microsoft Excel.

Embora a amostra tenha sido definida inicialmente com base em 60 servidores, a análise dos dados foi realizada com base nas respostas dos 54 sujeitos que responderam aos questionários distribuídos, sendo 13 docentes e 41 TAE.

A análise dos dados está apresentada na próxima seção – quinto capítulo, na qual os resultados obtidos estão expostos em quadros e gráficos representativos, discutidos a partir de um tratamento descritivo dos dados coletados e baseados na revisão de literatura, buscando responder aos objetivos levantados inicialmente na pesquisa.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta análise e discussão dos dados coletados, seguindo como parâmetro cada um dos objetivos específicos enunciados inicialmente.

### 4.1 PERFIL DOS SERVIDORES

Apresenta-se os dados gerais dos 54 sujeitos – 41 (76%) TAE e 13 (24%) docentes (**Quadro 2**), de modo a delinear o perfil dos servidores do CCTA/UFCG que integram a pesquisa.

**Quadro 2 – Distribuição dos servidores por faixa etária, categoria e gênero**

FAIXA ETÁRIA	CATEGORIA	QUANTIDADE	%	GÊNERO	
				Feminino	Masculino
24 a 30	TAE	7	15%	3	4
	DOCENTE	1		1	-
31 a 40	TAE	25	57%	12	13
	DOCENTE	6		3	3
41 ou mais	TAE	9	28%	3	6
	DOCENTE	6		1	5
<b>TOTAL</b>		<b>54</b>	<b>100%</b>	<b>23</b>	<b>27</b>

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

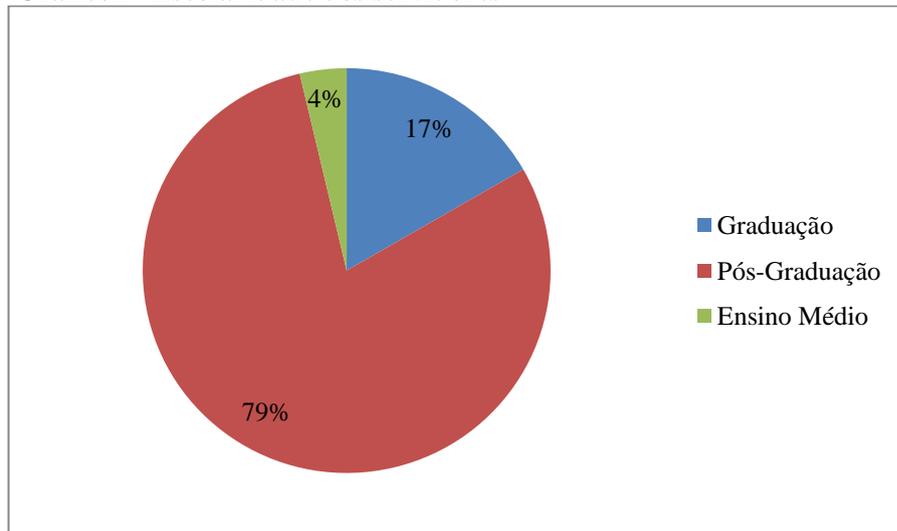
Em relação à faixa etária dos sujeitos, observa-se que eles são predominantemente jovens, sendo 8 (15%) da faixa etária entre 24 a 30 anos, seguido de 31 (57%) na faixa etária entre 31 a 40 anos. Sobre o gênero, observou-se que estão distribuídos na proporção aproximada de 60 / 40, respectivamente, 27 (57%) homens e 23 (43%) mulheres. Este fator demonstra que o gênero masculino tem maior representatividade no CCTA.

Complementando o perfil dos servidores, evidenciamos o ambiente de atuação predominante no exercício da função (**Quadro 3**) e o nível de escolaridade (**Gráfico 1**) desses servidores.

**Quadro 3 – Distribuição dos servidores por ambiente de atuação**

FAIXA ETÁRIA	CATEGORIA	QUANT.	AMBIENTE DE ATUAÇÃO		
			Administração	Laboratório	Ensino
24 a 30	TAE	7	6	1	-
	DOCENTE	1	-	-	1
31 a 40	TAE	25	12	13	-
	DOCENTE	6	-	-	6
41 ou mais	TAE	9	7	2	-
	DOCENTE	6	1	-	5
<b>TOTAL</b>		<b>54</b>	<b>26</b>	<b>16</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

**Gráfico1 - Escolaridade dos servidores**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Quanto ao nível de escolaridade dos respondentes verificou-se que apenas 2 (4%) dos servidores apresenta formação de nível médio, 9 (17%) graduação e 43 (79%) possui pós-graduação. No nível de pós-graduação estão inclusos os 13 docentes, onde se sabe que tal nível é exigência mínima do cargo, os outros 30 são TAE, que não se exige tal formação para ingresso no cargo. Os números demonstram alto nível de capacitação no perfil dos servidores que compõem o corpo administrativo do Câmpus, na sua maioria possuindo nível superior aquele exigido para o cargo que ocupa na instituição.

#### 4.2 PRÁTICAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEIS

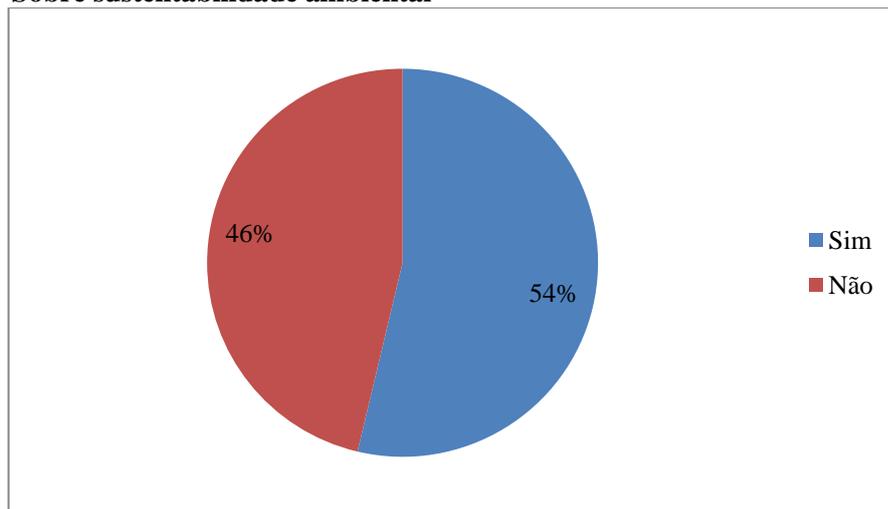
O primeiro objetivo traçado fora identificar se há práticas de gestão sustentáveis institucionalizadas no CCTA/UFCG, para o qual se estabeleceu o pressuposto: O Centro de

Ciências e Tecnologia Agroalimentar não apresenta estratégias definidas visando à sustentabilidade ambiental no Câmpus.

No questionário aplicado foram inclusas questões que permitiram identificar o conhecimento do servidor sobre a adoção de algum programa ou projeto Institucional no processo de gestão voltado para a sustentabilidade ambiental no CCTA. Constatou-se que 25 (46%) dos respondentes desconhecem e 29 (54%) afirmam conhecer algum programa que contempla sustentabilidade ambiental (**Gráfico 2**).

Embora 29 (54%) dos servidores participantes da pesquisa afirmarem ter conhecimento sobre a questão, os documentos institucionais analisados e o sítio eletrônico da instituição não fazem menção à adoção de um programa institucional que norteie as atividades administrativas no que tange a sustentabilidade ambiental. Talvez o fato de questionar sobre um projeto institucional formal não tenha ficado claro por parte dos servidores respondentes. Destarte, pelas respostas apresentadas por 29 (54%) dos respondentes, fica claro que mesmo não sendo a base de planejamento para as atividades no Câmpus, há na instituição algum projeto ou adoção de medidas que resulta em ganho ambiental e/ou redução de consumo.

**Gráfico 2 - Conhecimento sobre a adoção de programa institucional Sobre sustentabilidade ambiental**

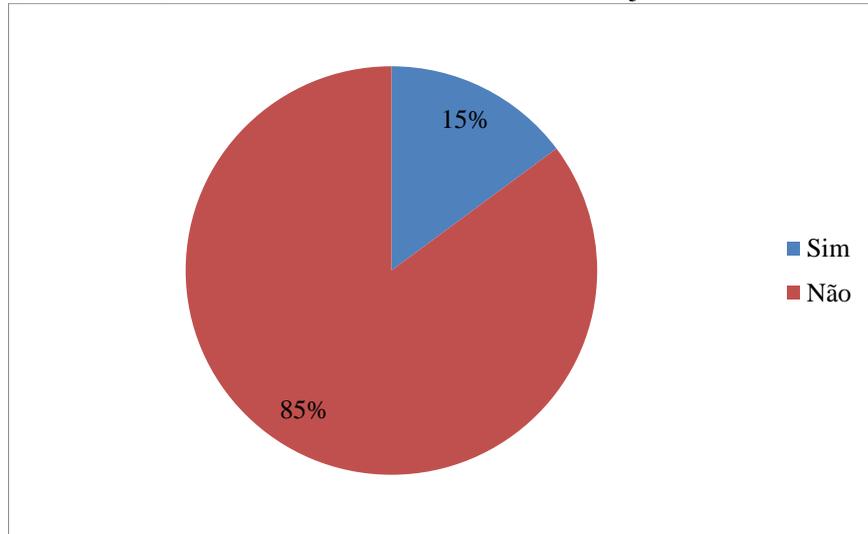


**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

O questionamento sobre o conhecimento da existência da A<sub>3</sub>P (**Gráfico 3**), demonstra que somente 8 (15%) dos servidores respondentes tem conhecimento sobre a existência do Programa, enquanto 46 (85%) desconhecem a sua existência, embora este tenha sido criado oficialmente desde 2001 com o objetivo de estimular os órgãos públicos a implementarem práticas de sustentabilidade e oferecer suporte e orientação para as instituições que a desejam

implantar. A A<sub>3</sub>P é reconhecida como relevante programa a ser implantado pelos órgãos públicos.

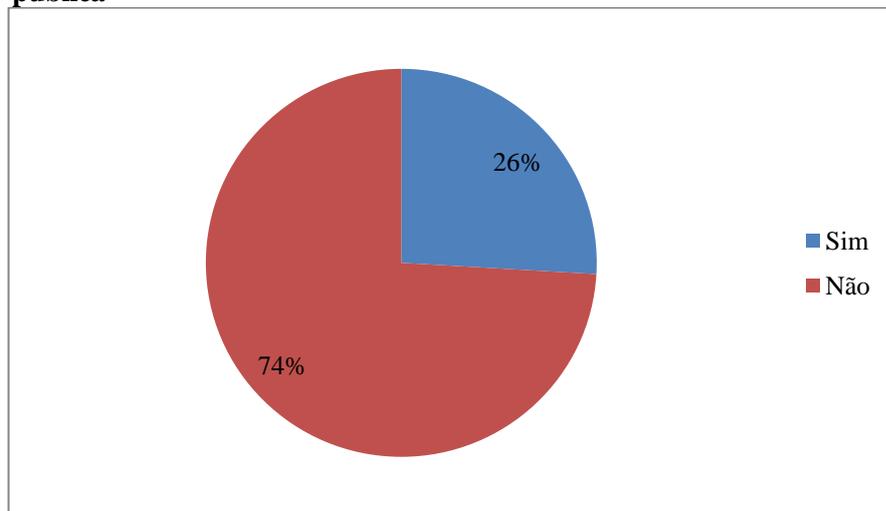
**Gráfico 3 - Conhecimento sobre a existência da A<sub>3</sub>P**



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018 .

O **Gráfico 4** mostra que o PLS é mais conhecido do que a A<sub>3</sub>P, sendo que 14 (26%) dos servidores afirmam já ter ouvido falar sobre o referido plano, enquanto que 40 (74%) do total desconhecem a sua existência.

**Gráfico 4 - Conhecimento sobre a existência do PLS na administração pública**



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

Os dois importantes instrumentos criados para auxiliar os órgãos públicos na adoção de práticas sustentáveis ainda são pouco conhecidos no CCTA/UFCG. O aumento de servidores que já ouviu falar sobre o PLS na Administração Pública comparado a A<sub>3</sub>P,

apresenta relação com o anúncio de criação do PLS por parte da UFCG, inclusive com a formação de comissões setoriais para elaboração do plano.

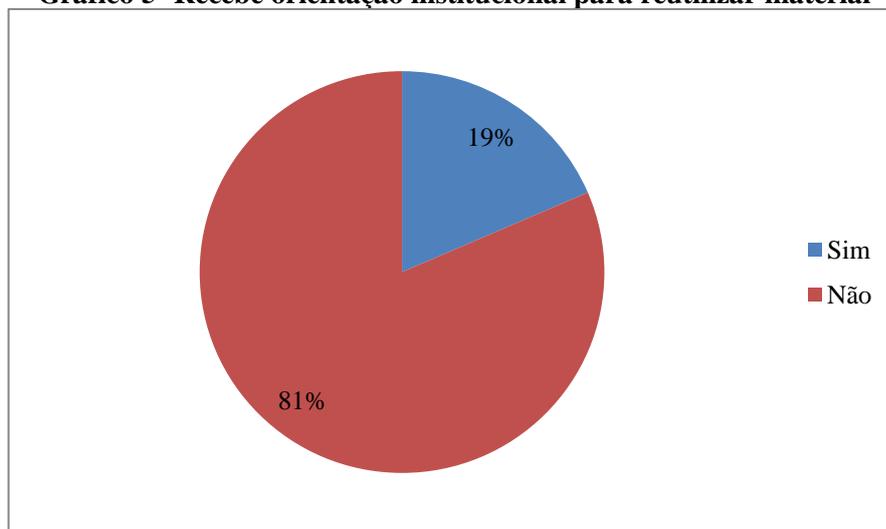
#### 4.3 VERIFICAÇÃO DE PLANEJAMENTO DAS ROTINAS OPERACIONAIS COM VISTAS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Em atenção ao segundo objetivo específico – verificar se há um planejamento das rotinas operacionais buscando a sustentabilidade ambiental no CCTA/UFCG –, contempla-se o pressuposto de que há desperdício de recursos e subaproveitamento de material reutilizável nas atividades administrativas e acadêmicas desenvolvidas no CCTA.

Assim, questionados os servidores sobre a recepção de orientação institucional para reutilizar material, 10 (19%) dos servidores disseram que sim e 44 (81%) informam não receber orientação (**Gráfico 5**).

No momento da entrega dos questionários alguns servidores fizeram questão de pontuar que adotam reutilização de material e independente de suporte da gestão, fazem o possível para adotar práticas que primam pela sustentabilidade ambiental em suas rotinas de trabalho.

**Gráfico 5- Recebe orientação institucional para reutilizar material**



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

Nesse sentido, Jabbour e Santos (2008) defendem que a área de gestão de pessoas necessita cumprir um papel estratégico para que as organizações obtenham resultados sustentáveis por intermédio das pessoas. Os autores apresentam um modelo multidimensional,

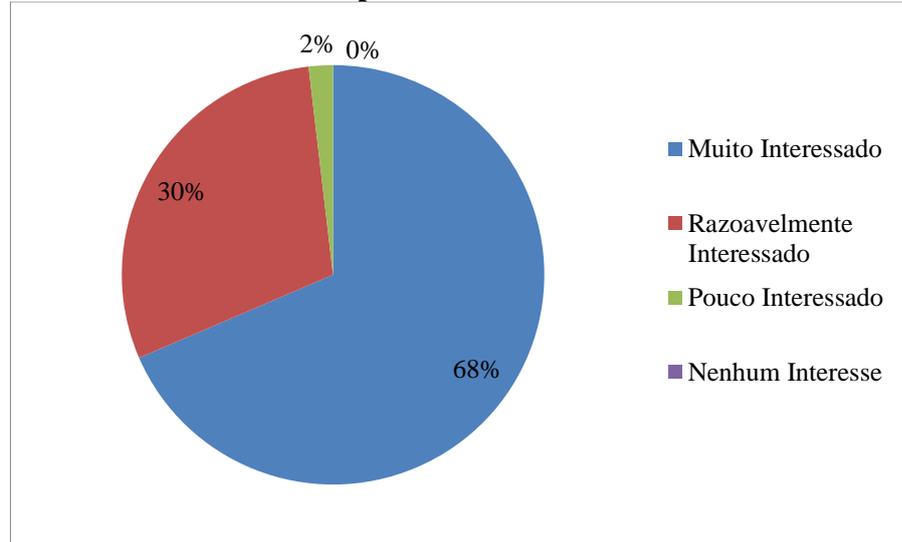
que busca um desempenho superior a partir de uma abordagem econômica, social e ambiental, estimulando a sustentabilidade organizacional mediante práticas socialmente responsáveis, inovação de processos e produtos, gestão da diversidade, inclusão da dimensão ambiental nas atividades da organização e colocando, assim, a área de gestão de pessoas no centro da sustentabilidade.

A análise dos documentos da instituição, a consulta em seu sítio eletrônico e a aplicação de questionários permitiu constatar que o CCTA/UFCG não adere formalmente à agenda A<sub>3</sub>P e ainda não estruturou seu PLS, bem como o cumprimento da execução do segundo objetivo da proposta.

#### 4.4 COMPROMETIMENTO DOS SERVIDORES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

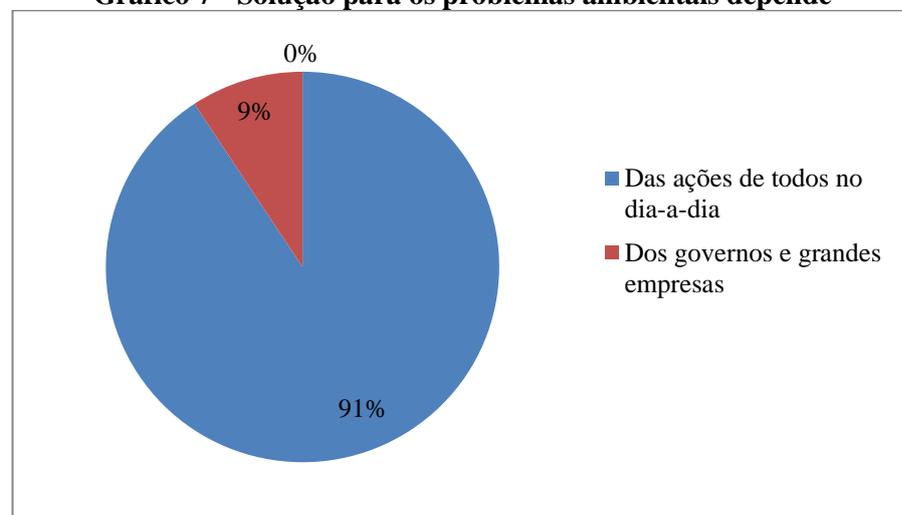
O terceiro objetivo específico proposto foi pesquisar sobre o comprometimento dos servidores do Câmpus acerca do desenvolvimento sustentável no CCTA/UFCG, para qual pressupõe-se que há um alto grau de comprometimento dos servidores nas questões relacionadas ao meio ambiente.

No **Gráfico 6** apresenta-se a análise do grau de interesse dos servidores pelos assuntos relacionados ao meio ambiente. O gráfico demonstra que 37 (68%) dos servidores se mostram muito interessados pela temática, 16 (30%) razoavelmente interessados e apenas 1 (2%) demonstra pouco interesse. Os percentuais indicam que o CCTA/ UFCG apresenta um forte aspecto positivo na implantação de práticas sustentáveis, ou seja, um corpo humano que na sua quase totalidade apresenta interesse nas questões relacionadas ao meio ambiente, o que pode se refletir em comprometimento na adoção de medidas e estratégias que possam fortalecer as ações e práticas de sustentabilidade existentes no Câmpus bem como apoio a adoção de novas atitudes que possam ser implantadas posteriormente.

**Gráfico 6- Grau de interesse pelos assuntos relacionados ao meio ambiente**

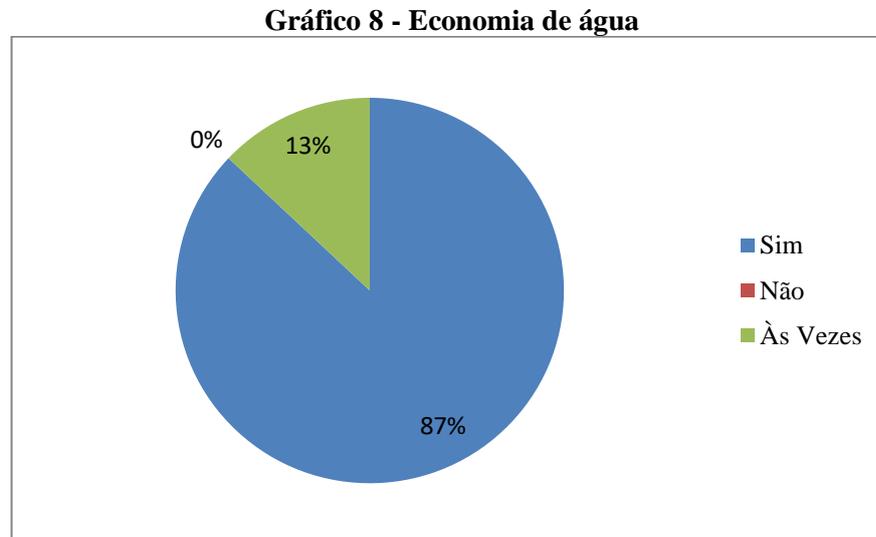
**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

O comprometimento dos servidores com as questões ambientais (**Gráfico 7**) também são refletidas na visão que eles apresentam no que diz respeito à solução dos problemas ambientais. Considerando poder escolher apenas uma alternativa como resposta, 49 (91%) dos respondentes afirmam que a solução para os problemas ambientais depende principalmente das ações de todos no dia-a-dia, enquanto apenas 5 (9%) colocam a responsabilidade direta nas mãos dos governantes e das grandes empresas. Sabe-se que as duas vertentes precisam ser consideradas, mas o engajamento pessoal de cada servidor é um aspecto crucial para o êxito de um programa de sustentabilidade.

**Gráfico 7 - Solução para os problemas ambientais depende**

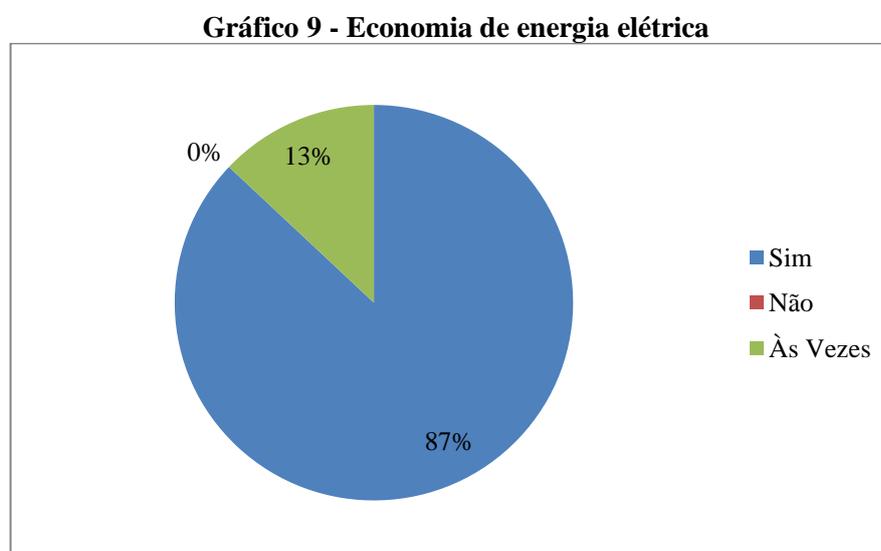
**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

Analisando a economia de água por parte dos servidores alvos da pesquisa (**Gráfico 8**), constata-se que 47 (87%) dos servidores sempre economizam água na instituição e 7 (13%) responderam às vezes, oscilando entre um consumo mais consciente e o uso indiscriminado sem maiores preocupações com o futuro ambiental.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

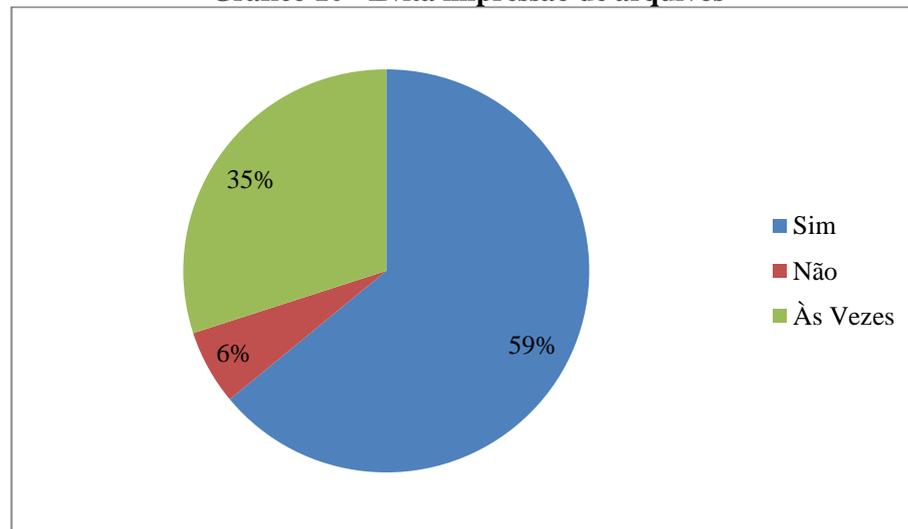
Para a questão de economia de energia por parte dos servidores alvos da pesquisa (**Gráfico 9**), obteve-se o mesmo resultado da economia de água, 47 (87%) dos servidores sempre economizam energia elétrica e 7 (13%) responderam às vezes. A variável correspondente a nunca economizar energia não obteve representatividade.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

Analisando a conduta dos servidores com relação à prudência na impressão de arquivos, os dados demonstram que um percentual significativo 32 (59%) do total de respondentes já evitam impressão de arquivos em atividades dispensáveis, enquanto que 19 (35%) informam que somente às vezes evitam impressão de arquivos e apenas 3 (6%) (**Gráfico 10**) afirmam que não evitam impressão de arquivos. Mais uma vez percebe-se o comprometimento dos servidores da instituição com os problemas ambientais, o que pode ser verificado através das ações responsáveis que os servidores informam desenvolver no dia a dia em suas atividades laborais.

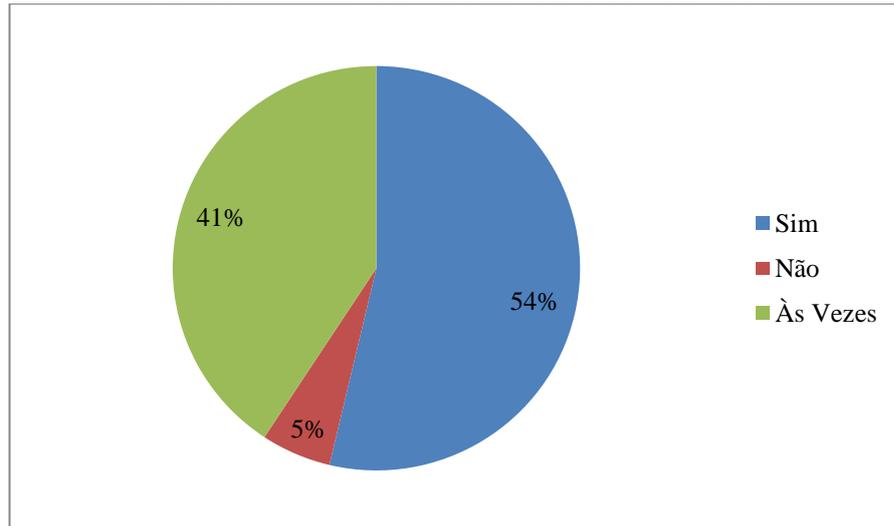
**Gráfico 10 - Evita impressão de arquivos**



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

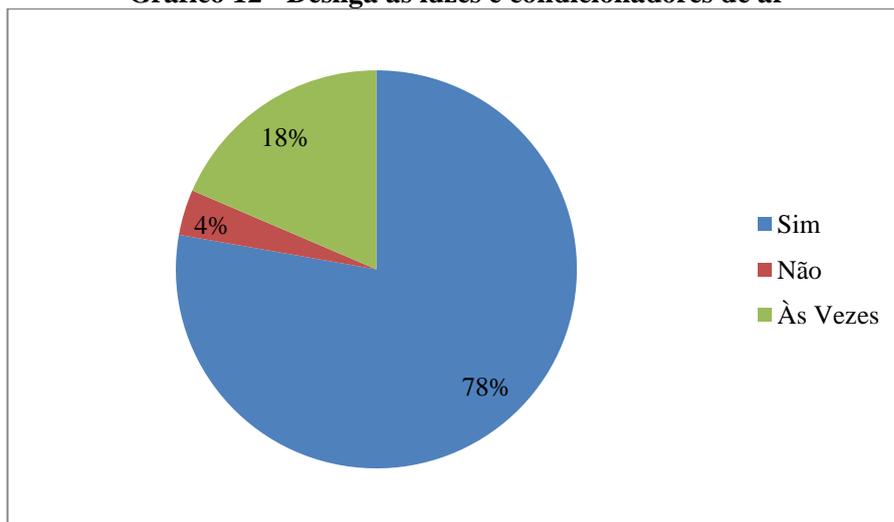
A questão referente ao uso de materiais descartáveis demonstra que 29 (54%) dos servidores pesquisados evitam uso do material, 22 (41%) informam que às vezes evitam, e 3 (5%) não evitam o uso (**Gráfico 11**). Percebe-se que uma parcela significativa dos servidores ainda não apresenta um bom nível de consciência com relação ao problema do uso excessivo de materiais descartáveis. Um grande vilão do consumo nos setores públicos são os copos plásticos descartáveis usados para ingestão de água, chá e café.

Dar preferência para os copos produzidos com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem com vistas a minimizar impactos ambientais adversos e realizar campanhas de sensibilização para conscientizar os servidores a reduzirem o consumo de copos descartáveis também faz parte das sugestões de boas práticas de sustentabilidade e racionalização de materiais contidas no anexo II da IN n. 10 que estabelece regras para elaboração dos PLS.

**Gráfico 11 - Evita o uso de materiais descartáveis**

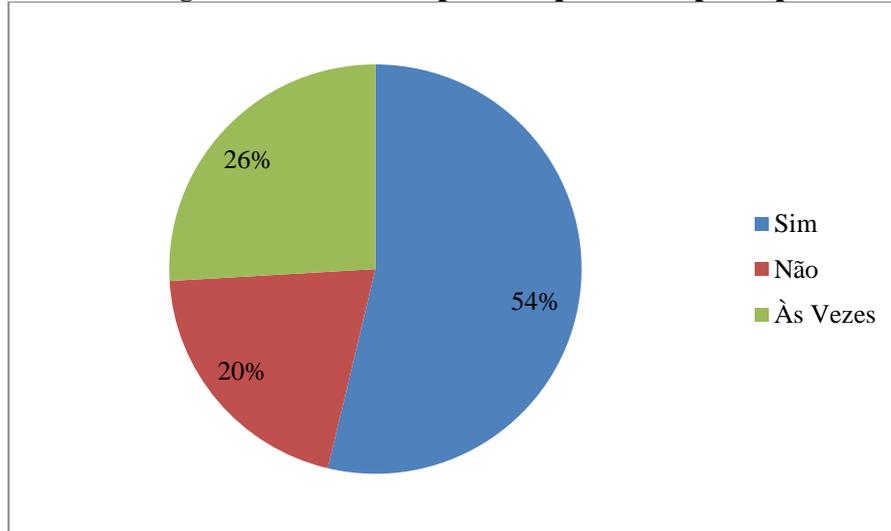
**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

Analisando a atitude de desligar as luzes e condicionadores de ar ao se ausentar da sala percebe-se o alto grau de consciência dos servidores neste sentido, onde 42 (78%) informam que sempre desligam as luzes, 10 (18%) só às vezes e apenas 2 (4%) ainda não tem o hábito de desligar luzes e condicionadores ao se ausentar de seus setores (**Gráfico 12**).

**Gráfico 12 - Desliga as luzes e condicionadores de ar**

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

No que concerne ao ato de desligar o monitor do computador quando faz pausa para descanso, 29 (54%) dos servidores informam adotar esta atitude, 14 (26%) dizem que às vezes desligam e 11 (20%) não adotam tal medida (**Gráfico 13**). Uma atitude simples como esta pode reduzir o consumo de energia elétrica, prolongar a vida útil do monitor e contribuir para menor requisição da matriz energética e gerar ganho ambiental.

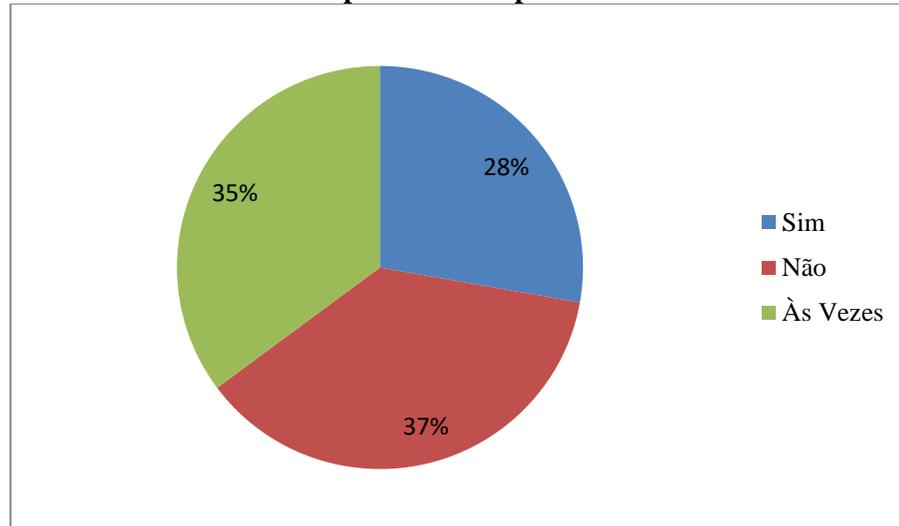
**Gráfico 13 - Desliga o monitor do computador quando faz pausa para descanso**

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

A pesquisa revela a atitude positiva de 100% dos servidores respondentes, informando que fecham torneiras de água se as encontrar ligada. Nas instituições públicas ainda é muito comum os usuários fazerem uso dos recursos de forma desordenada, relacionando o público a um gasto de forma desmedida e não se preocuparem com a economia financeira ou com os recursos naturais. Simples atitudes positivas como esta demonstrada pelos servidores fazem a diferença.

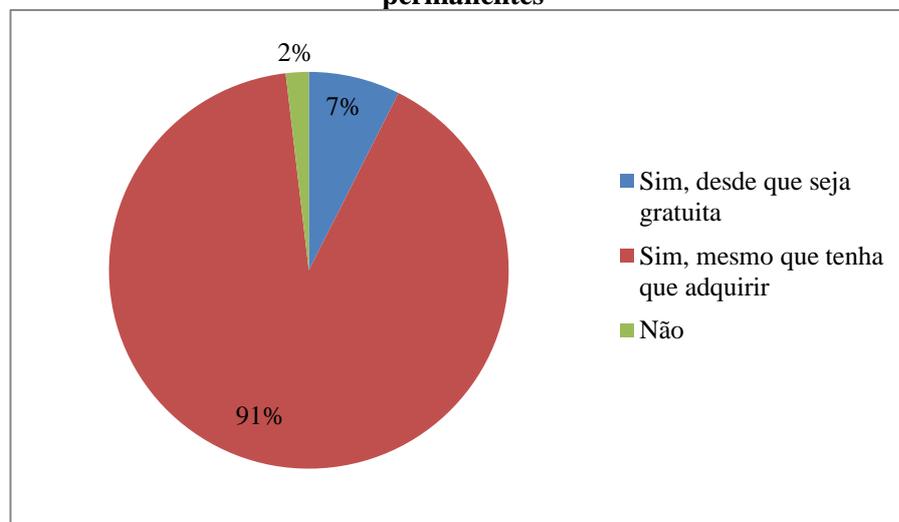
Questionados sobre a impressão de documentos em frente e verso, 15(28%) dos servidores informam que adotam esse hábito, 19 (35%) responderam que somente às vezes e 20 (37%) não adotam essa prática (**Gráfico 14**). O maior percentual é representado pela não adoção deste hábito. Trata-se de uma medida simples que pode gerar economia de papel e resultar em economia e ganho ambiental.

Dar preferência às mensagens eletrônicas (e-mail), imprimir apenas se necessário, e quando a impressão não puder ser evitada, realizar no modo frente em verso são algumas das sugestões de boas práticas de sustentabilidade e racionalização de materiais contidas no anexo II da IN n. 10 que estabelece regras para elaboração dos PLS.

**Gráfico 14 - Imprime / faz cópia em frente e verso**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

O **Gráfico 15** demonstra que 49 (91%) dos servidores se mostram dispostos à adoção de copos e/ou garrafas permanentes, ainda que tenham que adquirir com recursos próprios, como alternativa para substituir o uso de copos descartáveis, enquanto 4 (7%) optariam pela substituição dos descartáveis desde que houvesse uma alternativa que não gere custo próprio e apenas 1 (2%) não apresenta predisposição a mudança de atitude com relação ao uso dos descartáveis. Trata-se de uma medida bem aceita pela comunidade acadêmica.

**Gráfico 15 - Predisposição à substituição de copos descartáveis por canecas/garrafas permanentes**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

#### 4.5 AÇÕES DE PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Em atenção ao último objetivo da pesquisa, propor ações de práticas administrativas no âmbito da sustentabilidade ambiental, optou-se por apresentar as respostas dos sujeitos que responderam positivamente aos **itens 11, 12 e 14** do questionário. Na transcrição, observa-se que grande parte das especificações / sugestões apresentadas pelos servidores convergem com as recomendações contidas na base do PLS, conforme também pode ser observado nos dados da **Seção 5.4**, sobre ações dos Servidores do CCTA/ UFCG para proteger o meio ambiente e economizar recursos no ambiente de trabalho, bem como sobre os hábitos na universidade (**Gráficos 8 a 15**).

Para além das medidas elencadas nos **itens 9 e 10** do questionário, os servidores puderam informar (**item 11**), se fazem uso de alguma outra medida no seu ambiente de trabalho tendo em vista a sustentabilidade ambiental/ redução de consumo. As respostas dos 18 (33%) dos servidores podem ser observadas na íntegra no **Quadro 4**, a seguir:

**Quadro 4- Medidas utilizadas pelos Servidores para sustentabilidade ambiental/ redução de consumo**

ITEM	RESPOSTAS
1	Reutilizando papéis
2	Reutilizo folhas de papel ofício usado como rascunho e corto no tamanho de papel para recados. Tenho a minha garrafinha de água para evitar uso do copo descartável
3	Luz natural
4	Reutilizo copos de extrato de tomate; não ligo as luzes da sala de dia
5	Deixo a impressora no modo “economia de energia”. Uso caneca ao invés de copos descartáveis
6	Abrir cortinas
7	Evito o descarte de resíduos perigosos no ambiente
8	Disponibilizo material on-line para os alunos, evitando fazer cópias
9	Reutilizamos material e resíduos (por ex. material orgânico)
10	Não utilização de copos plásticos descartáveis
11	Desligo projetores após as aulas; aula de portas fechadas para reduzir o gasto de energia; Fecho portas após as aulas para reduzir o gasto de energia
12	Reutilizo água de descarte dos destiladores na lavagem do laboratório
13	Confecciono adesivos que incentivam o desligamento de lâmpadas e o fechamento de torneiras
14	Reutilizamos sacos de papel e jornal
15	Sempre que é possível utilizo copo (caneca) próprio para evitar descartáveis
16	Abrir as cortinas para ligar menos lâmpadas
17	Reutilização de folhas impressas inseríveis
18	Adoto uma garrafinha de água

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

O **item 12** indaga aos servidores se é possível adotar em seu ambiente de trabalho alguma medida que resulte em ganho ambiental, 41 (76%) servidores responderam que sim e 13 (24%) disseram não. As sugestões mencionados pelos servidores respondentes estão elencadas no **Quadro 5**.

**Quadro 5- Medidas sugeridas pelos Servidores que resultam em ganho ambiental**

ITEM	RESPOSTAS
1	Reutilizar tudo que pode
2	Reciclagem do “papel de fundo” das etiquetas que utilizamos nos processos, ou seja, formulário contínuo, já que dispomos de uma grande quantidade
3	Reciclagem de cartucho de impressora
4	Torneiras inteligentes; incentivo por meio de cursos sobre o conhecimento e importância dessas práticas ambientais, etc.
5	Economia de água dos destiladores dos laboratórios
6	Reuso de água, lâmpadas de led e ar-condicionados econômicos
7	Jornada de trabalho de 6 h ininterruptas, haveria redução de energia e outros recursos
8	Troca das lâmpadas atuais por lâmpadas de LED
9	Melhorar a arborização do Câmpus
10	Eliminar a impressão de documentos, adotar teletrabalho
11	Gerenciar os resíduos sólidos do concreto para reutilização em outros locais
12	Reuso de água dos ar condicionados e dos destiladores de água
13	Ampliar o uso do rascunho
14	Reutilização de água dos destiladores
15	Reaproveitamento de papéis (reciclagem)
16	Aproveitamento de água dos destiladores
17	Adoção de pincel para quadro com refil; Sensor para acendimento automático de lâmpadas; Reuso de água
18	Poderia ser feito o reaproveitamento das águas utilizadas em alguns equipamentos
19	Substituição dos aparelhos de ar condicionado por uns mais econômicos
20	Reaproveitamento da água dos destiladores
21	A fiel coleta seletiva
22	Evitar o uso de copos descartáveis, desligar o monitor de computador, imprimir em frente e verso
23	Sistema de reaproveitamento de água
24	Tratamento de resíduos laboratoriais
25	Destinar o lixo seco para reciclagem
26	Coleta e descarte seletivo dos materiais, especialmente reagentes e vidrarias
27	Poderiam ser adotadas soluções computacionais para evitar impressões desnecessárias
28	Reciclagem e reaproveitamento de resíduos
29	A instituição elaborar mecanismos para reaproveitamento da água dos destiladores
30	Reaproveitamento de água, substituição dos copos descartáveis
31	Aproveitamento da água de destiladores e ar condicionado
32	Campanhas de conscientização; estudos técnicos e demais práticas que ajudam no ganho ambiental
33	Ações para economizar água
34	Reutilização de água dos aparelhos de ar condicionado
35	Melhor gestão do tempo em que os aparelhos condicionadores de ar das salas de aula permanecem ligados
36	Adoção de garrafinhas de água
37	Exigir apenas a cópia digital dos trabalhos de conclusão do curso
38	Janelas abertas, economiza luz e ar

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

Um fato que se destaca são as respostas sobre o uso dos destiladores – itens 5, 12, 14, 16, 20, 29 e 31 do **Quadro 5**, representando 7 (19%) dos 37 servidores. Os dados ratificam a preocupação com o desperdício de água, conforme apresentado no **Gráfico 8**.

**Quadro 6 - Sugestões sobre o tema sustentabilidade ambiental**

ITEM	RESPOSTAS
1	Fazer com que a prática dos 3 “R” seja mais evidentes no CCTA
2	Aproveitamento e captação de águas pluviais, manejo de resíduos sólidos, geração própria de energia
3	Reúso de água
4	Reciclagem de papéis
5	Retomada do programa CCTA sustentável
6	O reúso das águas dos ar-condicionados
7	Reúso das águas/ armazenamento de água das chuvas
8	Aproveitamento das águas dos ar condicionados, retomar a coleta de pilhas e baterias; implantação de sistema automotivo para desligar os ar-condicionados após as aulas ou processo similar eficiente
9	Reutilizar águas para regar as plantas do Câmpus
10	O tema é vasto, mas apresenta um leque simples de contar e adquirir o dia-a-dia
11	Coleta de papéis usados nos setores (inclusive formulário contínuo das etiquetas) para entregar a algum órgão que faça reciclagem. Sugiro ainda que seja entregue uma caixa em cada setor para guardar o referido material até o dia da coleta
12	Aproveitamento de papéis na utilização de rascunhos, em blocos
13	Poderia ter um melhor aproveitamento das águas dos destiladores e ar-condicionados.
14	Evitar o desperdício de água nos laboratórios
15	Construção de cisternas para armazenagem de água para utilizar essa água armazenada em experimentos e banheiros, reduzindo assim o consumo de água no Câmpus
16	Uso dos resíduos (cascas, talas, sementes) como subproduto alimentar: doce, farofas, suco, bolo
17	Abertura das persianas e reaproveitamento das águas residuais
18	Arborização
19	Ampliar o tema sustentabilidade ambiental com a comunidade acadêmica
20	Reúso da água dos destiladores; tratamento e descarte correto dos produtos químicos, troca das torneiras dos banheiros
21	Deveria ser feita uma gestão de descarte dos resíduos químicos gerados nos laboratórios
22	Desligar a chave geral dos blocos de aula, pois além dos bebedouros ficarem ligados, eventualmente ar condicionados, luzes, data-show e computadores ficam ligados
23	Os dirigentes promoverem palestras sobre conscientização ambiental
24	O correto descarte de reagentes de forma segura, evitando riscos de contaminação, principalmente de esgotos, entre outros
25	Construção de cisternas para armazenamento de água de descarte dos destiladores; contratação de empresa para coleta seletiva dos resíduos sólidos dos laboratórios; arborização de áreas desmatadas próximas ao riacho e outros locais
26	Tratamento de água para reutilização em limpeza, descarga e plantas
27	Melhor aproveitamento da água
28	Realização de palestras
29	O tema deve ser mais trabalhado
30	Reutilização das águas dos aparelhos de ar-condicionado
31	Realização de palestras sobre o tema, com posterior verificação de desempenho

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

O **Quadro 7**, construído com base nos subgrupos de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais constantes no anexo II da IN n. 10, sintetiza as sugestões de boas práticas elencadas pelos servidores do CCTA / UFCG nos **Quadros 4, 5 e 6** acima apresentados, e, decerto, comprovam que eles são comprometidos com o desenvolvimento sustentável no Câmpus.

**Quadro 7 - Sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais**

TEMAS IN 10	QUADRO 4	QUADRO 5	QUADRO 6
Material de consumo	10	10	2
Energia elétrica	5	4	2
Água e esgoto	2	14	14
Coleta seletiva	1	6	4
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	-	3	9
Compras e contratações sustentáveis	-	-	-
Deslocamento de pessoal	-	-	-

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

Os dados apresentados no **Quadro 7** reforçam Cole (2003) quando disserta sobre as responsabilidades locais e globais e o conceito de uma universidade sustentável. Verificou-se que os pontos que mais inquietam os servidores do CCTA são relativos ao gasto de material de consumo e gasto de água.

No tema material de consumo, por exemplo, 22 (41%) servidores fazem sugestões/comentários a respeito do gasto, mostrando preocupação com o consumo e apontando alternativas de economia. As sugestões referentes à temática água e esgoto são ainda mais citadas, sendo mencionadas por 30 (55%) servidores respondentes.

Não foram mencionadas sugestões sobre compras e contratações sustentáveis, embora este seja um fator primordial a ser observado pelas instituições públicas, inclusive existe regulamentação nesse sentido. Em 2010, a Lei nº 12.349, alterou a Lei nº 8.666 (regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências), incluiu a promoção do desenvolvimento nacional sustentável entre os princípios a serem garantidos na licitação. Dessa forma, os gestores públicos devem considerar variáveis de sustentabilidade em todas as etapas da contratação.

Através das compras e contratações sustentáveis o Estado contribui para a sadia qualidade de vida e para um ambiente ecologicamente equilibrado, portanto o CCTA/UFCG

precisa está atento na hora de realizar os procedimentos licitatórios, tanto por uma questão legal, como principalmente pelo ganho ambiental.

O deslocamento de pessoal também não foi citado. Esse fato se justifica por se tratar de um câmpus pequeno que pode ser percorrido a pé, não necessitando de transporte para trânsito interno, sendo importante dá atenção com relação à acessibilidade e rampas cobertas devido ao alto índice solar que afeta nossa região.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise e discussão dos dados coletados na pesquisa é possível apresentar uma visão geral dos resultados, com enfoque em responder ao objetivo macro deste estudo, que é analisar o modelo de Gestão Administrativa do CCTA/UFCG à luz da sustentabilidade ambiental.

Os dados obtidos e os documentos analisados permitem concluir que, no CCTA/UFCG, não existe ferramenta formal, a exemplo da A<sub>3</sub>P e do PLS, que subsidie a gestão administrativa no que diz respeito ao planejamento de atividades relacionadas à sustentabilidade ambiental.

De outro modo, embora não haja ferramenta formal de planejamento para as atividades no Câmpus, os dados apontam que, na instituição estudada, são adotadas medidas que resultam em ganho ambiental e/ou redução de consumo.

Os resultados mostram que apesar das barreiras encontradas e da limitação de aparelhamento e suporte, muitas atitudes positivas são tomadas pelos servidores, de modo que se percebe a existência de uma preocupação do corpo humano do CCTA com o desperdício de recursos e a falta de reaproveitamento de material, bem como há, ainda, uma predisposição à adoção de hábitos que podem resultar em economia de material e redução de consumo.

De mais a mais, constatou-se a existência de um alto grau de comprometimento dos servidores com as questões relacionadas ao meio ambiente e ao uso e racionalização de materiais de consumo no ambiente de trabalho, pois, independente de uma orientação institucional, grande parte dos entrevistados realiza economia de material e, quando possível, reutiliza recursos. Inclusive, houve, por parte dos entrevistados, a sugestão de alternativas capazes de produzir ganhos ambientais.

Percebeu-se, ainda, que os servidores entrevistados esperam da gestão administrativa iniciativas de apoio e suporte para que se possa ampliar a adoção de medidas que resultem em ganho ambiental e, assim, melhorar a economia de material e o reaproveitamento de recursos.

Nesse sentido, o CCTA/UFCG precisa avançar em termos de gestão sustentável, uma alternativa viável é a inclusão de cursos de capacitação profissional na temática ambiental no plano de capacitação profissional dos servidores técnicos administrativos em educação, pois conforme os dados analisados há um grande interesse desses agentes públicos no que se refere às questões relacionadas ao meio ambiente.

A realização de cursos de capacitação e orientação formal para uma atuação laboral sustentável é, sem dúvida, um passo grandioso para uma instituição, no caminho da gestão sustentável.

As sugestões de boas práticas apontadas pelos servidores correspondem a ações simples, que convergem com o que preceitua o PLS e que em sua maioria não demandam recursos financeiros para serem executadas, mas, apenas, mudanças de atitudes e uma estruturação formal e, mesmo quando envolvem despesas, trata-se de gastos ínfimos diante dos benefícios que podem ser gerados.

Sabe-se que a sociedade e a própria conjuntura atual exigem da administração pública uma postura ativa na adoção de medidas e práticas que contribuam para a sustentabilidade ambiental. Tanto a A<sub>3</sub>P como o PLS são opções vantajosas para a Administração Pública.

Diante de todo o exposto e com base na conjuntura atual, visualiza-se no Plano de Logística Sustentável uma ferramenta de planejamento adequada para dar suporte ao planejamento e execução das atividades no Câmpus Pombal, uma vez que ele apresenta objetivos e responsabilidades bem definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública, inclusive, a obrigatoriedade de sua implantação, conforme determina o Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012, por si só reforça esse entendimento.

Desse modo, sugere-se que o CCTA/UFCG estruture o seu PLS, se adequando assim, às exigências legais, bem como aos anseios dos servidores do órgão e ao cumprimento das obrigações das instituições públicas em contribuir para um ambiente ecologicamente equilibrado.

No decorrer da pesquisa tomou-se conhecimento que o CCTA/UFCG já trabalha no sentido de elaborar o seu PLS. Atendendo a demanda da secretaria de planejamento da UFCG e conforme determinação da portaria n° 081/2018 – DC/CCTA/UFCG, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018, o diretor do CCTA designa os membros que compõem a comissão destinada à elaboração do PLS do CCTA. Desde então a comissão realizou reuniões e faz levantamento das necessidades do centro frente aos eixos que devem compor o referido plano.

Destaca-se a relevância desta pesquisa que coaduna com a temática e com o escopo do PLS, podendo esta ser usada como instrumento auxiliar na fase de diagnóstico e proposição de alternativas exitosas, uma vez que esta apresenta sugestões dos servidores que desempenham atividades administrativas e vivenciam a realidade local no CCTA.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Maria Alice Cruz; SILVA, Edson Vicente da; LOPES, Ana Maria D'Ávila. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência do poder executivo federal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.48, n. 1, p. 207-235, jan./fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v48n1/a09v48n1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

ALMEIDA, Ricardo; SCATENA, Lúcia Marina; LUZ, Mário Sérgio. Percepção ambiental e políticas públicas: dicotomia e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XX, n. 1, p. 43-64, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/asoc/v20n1/pt\\_1809-4422-asoc-20-01-00043.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v20n1/pt_1809-4422-asoc-20-01-00043.pdf). Acesso em: 10 jul. 2018.

ANDRADE, Lilia Paula et al. Estratégia como pratica: uma análise das práticas ambientalistas da Universidade Federal de Lavras (UFLA). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 10, n. 2, p.02-18, abr. 2016. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/1129/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

AVILA, Lucas Veiga; MADRUGA, Lúcia Rejane da Rosa Gama; BEURON, Antônio Thiago. Planejamento e sustentabilidade: o caso das Instituições Federais de Ensino Superior. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 5, n. 1. jan/abr. 2016. Disponível em: <http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/218/pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei. n. 9.394 de 20 dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação**. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012**. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/6/2012, Página 9 (Publicação Original). Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm). Acesso em: 08 mar. 2018.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012**. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável e dá outras providências. 2012. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/10584/1154501/Instruxo-Normativa-10-2012.pdf/228ebf79-20dc-4e74-b019-8cc613338950>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 8.872 de 10 de outubro de 2016**. Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta. 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8872.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8872.htm). Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Responsabilidade socioambiental**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>. Acesso em: 26 maio 2018.

COLE, Lindsay. **Assessing sustainability on Canadian University campuses: development of a campus sustainability assessment framework**. Canada: Royal Roads University. 2003. Disponível em: [http://neumann.hec.ca/humaniterre/campus\\_durable/campus\\_memoire.pdf](http://neumann.hec.ca/humaniterre/campus_durable/campus_memoire.pdf). Acesso em: 10 mar. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução Nº 510/2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, na forma definida nesta Resolução. 2016. Disponível em: <http://pesquisa.ufcg.edu.br/comite-de-etica.html>. Acesso em: 18 abr. 2018.

COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORREIA, Mary Lúcia Andrade; DIAS Eduardo Rocha. Desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e o princípio da solidariedade intergeracional na perspectiva da justiça ambiental. **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 8, p. 63-80, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/2412/maryn8.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

ENGELMAN, Raquel; GUISSO, Rubia Marcondes; FRACASSO, Edi Madalena. Ações de gestão ambiental nas Instituições de Ensino Superior: O que tem sido feito. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 3, n.1, p. 22-33, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/115/56>. Acesso em: 13 mar. 2018.

HÜLLER, Alexandre. A educação ambiental em órgãos públicos municipais através da A3p (Agenda Ambiental na Administração Pública) como uma nova ferramenta de gestão. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande/RS, v. 25, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3522/2099>. Acesso em: 04 jul. 2018.

JABBOUR, Charbel Jose Chiappetta.; SANTOS, Fernando Cesar Almada. Desenvolvimento de produtos sustentáveis: o papel da gestão de pessoas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.41, n. 2, p. 283-307, 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6588>. Acesso em: 04 jul. 2018.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2006. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/903-Estocolmo\\_Rio\\_Joanesburgo.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/903-Estocolmo_Rio_Joanesburgo.pdf). Acesso em: 04 jul. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas. 1996.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 16, p. 22-41, 2004. Disponível em: [http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/ii\\_sustentabilidade.pdf?](http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/ii_sustentabilidade.pdf?). Acesso em: 28 jul. 2018.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**. v. 26, n. 74, p. 51-67, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

OLIVEIRA, Lucas Rebello de. et al. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Produção**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 70-82, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132011005000062> . Acesso em: 05 ago. 2018.

PASSOS, Priscilla Nogueira; CALMON de. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Ambientais e Democracia**, América do Sul. v.6, p. 1-25, 2009. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/18-19-1-pb.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.

RAMPAZZO, Sônia Elisete. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. 4. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 161-190.

TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho; AZEVEDO, Luís Peres. Agenda Ambiental Pública: barreiras para a articulação entre critérios de sustentabilidade e as novas diretrizes da Administração Pública Federal Brasileira. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v.19, n.1, jan/abr 2013, p. 139-164. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-23112013000100006>. Acesso em: 13 fev. 2018.

SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

SOUSA, Ronaldo Filmagens. 2018. (01 fot.): color digital.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Estatuto**: Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande: UFCG, 2004, 47p. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/estatutoDaUfcg.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. UFCG, 2016. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/prt\\_ufcg/relatorio-gestao/UFCG\\_RelatoriodeGestao2016.pdf](http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/relatorio-gestao/UFCG_RelatoriodeGestao2016.pdf). Acesso em: 25 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014 - 2019**. UFCG, 2014. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/PDI%20da%20UFCG\\_outubro%20de%202014.pdf](http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/PDI%20da%20UFCG_outubro%20de%202014.pdf). Acesso em: 07 mar. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS

Se em alguma questão apresentada neste questionário lhe intencionar marcar mais de uma resposta nos itens apresentados, solicitamos marcar apenas uma opção, sendo aquela que julgar mais importante, mais relevante e que melhor represente sua forma de pensar ou agir.

---

### Perfil dos respondentes

Idade: \_\_\_\_\_

Gênero: M (  ) F (  )

Escolaridade: A) (  ) Ensino médio      B) (  ) Graduação C) (  ) Pós-Graduação

1- Em qual categoria de servidor você se enquadra:

A) (  ) Técnico Administrativo      B) (  ) Docente

2- Ambiente de atuação (considerar a atividade predominante):

A) (  ) Administrativo      B) (  ) Laboratórios

C) (  ) Ensino

3- Você tem conhecimento se a universidade adota algum programa ou projeto institucional no processo de gestão voltado para a sustentabilidade ambiental no CCTA?

A) (  ) Sim      B) (  ) Não

4- Você já ouviu falar sobre o programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?

A) (  ) Sim      B) (  ) Não

5- Você já ouviu falar sobre Plano de Ação de Logística Sustentável (PLS) na Administração Pública ?

A) (  ) Sim      B) (  ) Não

6- Nas suas atividades diárias você recebe suporte/orientação institucional para agir de forma a reutilizar material?

A) (  ) Sim      B) (  ) Não

7- Qualifique seu interesse pelos assuntos relacionados ao Meio Ambiente?

A) (  ) Muito interessado      B) (  ) Razoavelmente interessado

C) (  ) Pouco interessado      D) (  ) Nenhum interesse

8- A solução para os problemas ambientais, a seu ver, depende :

A) (  ) Das pequenas ações de todos, no seu dia-a-dia

B) (  ) Das decisões dos governos e das grandes empresas

9- Qual ação para proteger o meio ambiente e economizar recursos você toma no dia-a-dia no ambiente de trabalho?

9.1 Economizo água

A)(  ) Sim      B)(  ) Não      C)(  ) Às vezes

9.2-Economizo energia elétrica

A)(  ) Sim      B)(  ) Não      C)(  ) Às vezes

9.3 Evito impressão de arquivos

A)(  ) Sim      B)(  ) Não      C)(  ) Às vezes

9.4 Evito o uso materiais descartáveis

A)(  ) Sim      B)(  ) Não      C)(  ) Às vezes

10- Na universidade você habitualmente:

10.1. Desliga as luzes e condicionadores de ar ao sair da sala

A)(  ) Sim      B)(  ) Não      C)(  ) Às vezes

10.2. Desliga o monitor do computador quando faz uma pausa para descanso

A)(  ) Sim      B)(  ) Não      C)(  ) Às vezes

10.3. Fecha a torneira de água da pia do banheiro se a encontrar ligada

A)(  ) Sim      B)(  ) Não      C)(  ) Às vezes

10.4. Imprime ou faz cópia da maioria dos documentos em frente-e-verso

A)(  ) Sim      B)(  ) Não      C)(  ) Às vezes

11-No seu ambiente de trabalho você usa alguma outra medida não contemplada neste questionário tendo em vista a sustentabilidade ambiental/ redução de consumo?

A)(  ) Sim      B)(  ) Não . Se sim, especifique:

---

12- Em sua opinião, no seu ambiente de trabalho poderia ser adotada alguma medida que resulta em ganho ambiental?

A)(  ) Sim      B)(  ) Não . Se sim, especifique:

---

13-Você concorda com a substituição dos copos descartáveis por canecas e/ou garrafas permanentes?

A)(  ) Sim, desde que seja gratuita    B)(  ) Sim, mesmo que tenha que adquirir    C)(  ) Não

14-Você tem alguma outra sugestão a apresentar sobre o tema sustentabilidade ambiental no CCTA? A)(  ) Sim      B)(  ) Não .Se sim, especifique:

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR**

**APÊNDICE B- TERMO DE ANUÊNCIA**

Eu, Anielson dos Santos Souza, diretor do CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada, **“ANÁLISE DO MODELO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CCTA/UFCG À LUZ DA SUSTENTABILIDADE: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS”**, nesta instituição, que será realizada no período de 20 de outubro de 2018 a 31 de março de 2019 tendo como pesquisadora a Prof<sup>a</sup>. Dra. Jacyara Farias Souza Marques e a orientanda Lucineide Figueiredo de Sousa.

Pombal-PB, 12 de setembro de 2018.

---

Dr. Anielson dos Santos Souza  
Diretor do CCTA/UFCG

**APÊNDICE C - TERMO DE COMPROMISSO DE DIVULGAÇÃO DOS  
RESULTADOS**

Por este termo de responsabilidade, nós, abaixo – assinados, respectivamente, autor e orientando da pesquisa intitulada **“ANÁLISE DO MODELO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CCTA/UFCG À LUZ DA SUSTENTABILIDADE: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS”**, assumimos o compromisso de:

- Preservar a privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados;
- Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão encaminhados para a publicação, com os devidos créditos aos autores.

Pombal-PB, 20 de agosto de 2018.

---

Orientadora

---

Orientanda

## APÊNDICE D - TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES

Por este termo de responsabilidade, nós abaixo–assinados, Orientadora e Orientanda respectivamente, da pesquisa intitulada **“ANÁLISE DO MODELO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CCTA/UFCG À LUZ DA SUSTENTABILIDADE: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS”**, assumimos cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas da Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/ MS e suas Complementares, homologada nos termos do Decreto de delegação de competências de 12 de novembro de 1991, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, ao (s) sujeito (s) da pesquisa e ao Estado.

Reafirmamos, outrossim, nossa responsabilidade indelegável e intransferível, mantendo em arquivo todas as informações inerentes a presente pesquisa, respeitando a confidencialidade e sigilo das fichas correspondentes a cada sujeito incluído na pesquisa, por um período de 5 (cinco) anos após o término desta. Apresentaremos sempre que solicitado pelo CEP/ CFP/UFCG (Comitê de Ética em Pesquisas/ Centro de Formações de Professores) ou CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) ou, ainda, as Curadorias envolvidas no presente estudo, relatório sobre o andamento da pesquisa, comunicando ainda ao CEP/CFP/UFCG, qualquer eventual modificação proposta no supracitado projeto.

Pombal-PB, 20 de agosto de 2018.

---

Orientadora

---

Orientanda

## APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO- (TCLE)

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo “**ANÁLISE DO MODELO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CCTA/UFCG À LUZ DA SUSTENTABILIDADE: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS**”, coordenado pela servidora técnico-administrativa da UFCG e aluna do mestrado PROFIAP **Lucineide Figueiredo de Sousa**, sob a orientação da **Prof.<sup>a</sup> Dra. Jacyara Farias Souza Marques** e vinculada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública – Mestrado Profissional – PROFIAP, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS, Câmpus de Sousa, da UFCG.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo **analisar o modelo de gestão administrativa do CCTA/UFCG à luz da sustentabilidade ambiental** e é importante por poder proporcionar um diagnóstico local e indicar práticas de sustentabilidade ambiental para o Câmpus.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: **responder a um questionário semiestruturado e a expor livremente, caso seja de sua vontade, algo que possa achar pertinente à pesquisa**. Os riscos envolvidos com sua participação são **inexistentes ou mínimos, já que não envolve a realização de procedimentos invasivos; mas poderá ocorrer insatisfação do pesquisado em decorrência de abordar os conhecimentos específicos sobre um determinado tema. Nesse caso, você ficará à vontade para decidir sobre sua participação no estudo posteriormente**. Os benefícios da pesquisa serão: **o conhecimento dos fatores intervenientes em seu trabalho, enquanto servidor público, possibilidades de melhoria no ambiente de atuação e possível redução de material de consumo**.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **LUCINEIDE FIGUEIREDO DE SOUSA**, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa**

**Nome: Lucineide Figueiredo de Sousa**

**Instituição: Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da  
Universidade Federal de Campina Grande**

**Endereço: Rua Antônio Ferreira, 585, Centro. Pombal-PB**

**Telefone: (83) 999366482**

**Dados do CEP**

**Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da  
Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a  
rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares,  
Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.**

**Email: cep@cfp.ufcg.edu.br**

**Tel: (83) 3532-2075**

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Pombal-PB, Pombal-PB, 20 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura ou impressão datiloscópica do  
voluntário ou responsável legal

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável pelo  
estudo